

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LORENA MORAES MARQUES

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:
REFLEXÕES SOBRE UMA EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”**

MARIANA

2021

LORENA MORAES MARQUES

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:
REFLEXÕES SOBRE UMA EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a M.^a Sara Martins de Araújo

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M357p Marques, Lorena Moraes .
População em situação de rua [manuscrito]: reflexões sobre uma
expressão da "questão social" . / Lorena Moraes Marques. - 2021.
80 f.

Orientadora: Profa. Ma. Sara Martins de Araújo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
2. Capitalismo. 3. Pessoas desabrigadas. 4. Serviço social. I. Araújo, Sara
Martins de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lorena Moraes Marques

População em situação de rua: reflexões sobre uma expressão da "questão social"

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de julho de 2021

Membros da banca

Profª Msª Sara Martins Araújo Vilani (Orientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Cristiane Tomaz
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Adriana de Andrade Mesquita
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Msª Sara Martins Araújo Vilani, Orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 03/09/2021, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0217715** e o código CRC **6A75A8B7**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer à minha família, meus pais Cristiane e Geraldo e meus irmãos Lorrana e Lucas, por todo suporte, apoio e amor de sempre. Em especial, à minha mãe, por nunca medir esforços para a realização e concretização dos meus sonhos e por sempre me incentivar. Obrigada por acompanharem minha jornada e torcerem pelo meu sucesso!

Agradeço ao meu namorado Ygor, por estar ao meu lado sempre, por ter sido meu refúgio nos momentos difíceis, pelas palavras de incentivo quando precisei, pelo companheirismo diário, apoio, carinho e por todo amor. Caminhamos juntos!

A todos os meus amigos, que mesmo distante, se fizeram presente nesse encerramento de um ciclo tão importante. Obrigada pela torcida, pelas palavras de apoio e por vibrarem comigo nessa conquista.

E por último, mas não menos importante, agradecer à minha orientadora Sara Martins por todo aprendizado, pela dedicação ao me orientar e pelas palavras de suporte e conforto.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a População em Situação de Rua no Brasil e, como objetivo geral, compreender como o modo de produção capitalista e as expressões da “questão social” advindas do mesmo estão diretamente ligadas aos fatores que levam as pessoas à condição de população em situação de rua no Brasil e como as particularidades sócio-históricas do país influenciam no processo. Como metodologia de pesquisa do trabalho, usamos a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico base, além da observação e relatos a partir da experiência de estágio. Este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa explicativa e qualitativa. O interesse pelo tema da pesquisa surgiu após a inserção ao campo de estágio, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Mariana-MG, e o contato direto com a população em situação de rua da cidade atendida pela instituição. O presente objeto de pesquisa, a partir da perspectiva do Serviço Social, é de grande relevância, uma vez que a população em situação de rua é matéria de pesquisa e de intervenção da profissão. Portanto, buscamos refletir acerca do tema e conceituá-lo, assim como também procuramos esclarecer que este não é um fenômeno natural e normal da sociedade. Discorreremos sobre o modo de produção capitalista e as expressões da “questão social” que ele trouxe para o mundo, no intuito de demonstrar a conexão existente entre a população em situação de rua e o sistema capitalista. Também, abordamos sobre as particularidades sócio-históricas da “questão social” brasileira e o passado colonialista, escravista e racista de nosso país. Finalizando, trouxemos uma síntese a respeito da assistência social como política pública garantida por parte do Estado e direito de todos que dela precisam, assim como falamos do CREAS e da proteção social especial, relatando sobre os serviços que são oferecidos pela instituição de Mariana-MG à população em situação de rua da cidade, trazendo por último relatos da experiência de estágio realizado no CREAS Mariana-MG e alguns questionamentos.

Palavras-Chaves: População em situação de rua; capitalismo; questão social; CREAS.

ABSTRACT

The subject of this undergraduate thesis is the Brazil's homeless population condition. The main goal of this study is to understand how the capitalist mode of production and its "social matter" are directly related to the reasons that lead people to live on the street, and how Brazil's socio-historical particularities is associated with this condition. As research methodology for this study, it was used bibliographical research as a basic technical procedure, as well as observation and reports from the internship experience. This study can be classified as an explanatory and qualitative research. The willingness in the research topic emerged after taking fieldwork knowledge in the internship at the Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) in Mariana-MG, and the direct contact with the homeless population of the city assisted by this institution. The present research object, from the perspective of Social Work, is of great relevance since the homeless population is the subject of research and intervention by the profession. Therefore, this study defines and contextualizes the subject to show that people living on the street is not a natural or normal phenomenon of the society. It also presents the capitalist mode of production and the expressions of "social matter" brought to the world as a result of this process in order to argue the existing connection between homelessness and capitalism. Besides, this study relates the socio-historical singularities of the Brazilian "social matter" and its colonialist, slavery, and racist past. Finally, this thesis synthetizes the importance of social assistance as a public policy guaranteed by the Govern and a legal right of those needed, as well as introduces the role played by the CREAS and its special social protection on behalf of homeless people in Mariana-MG, and experiences of an internship carried in the institution.

Keywords: Homeless population; capitalism; social question; CREAS.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

MPC – Modo de Produção Capitalista

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

LISTA DE SIGLAS

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

PSE/MC – Proteção Social Especial de Média Complexidade

PSR – População em Situação de Rua

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	14
1.1- METODOLOGIA DE PESQUISA	14
1.2- CONCEITUANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	15
1.3- O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	23
CAPÍTULO 2: A “QUESTÃO SOCIAL” E AS PARTICULARIDADES BRASILEIRAS	37
2.1- A “QUESTÃO SOCIAL”	37
2.2- PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL – CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	44
2.3- O COLONIALISMO, ESCRAVISMO E RACISMO	49
2.4- EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL	54
CAPÍTULO 3: O CREAS MARIANA-MG E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE.....	60
3.1- O CREAS E A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	60
3.2- O CREAS MARIANA-MG E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE – RELATOS DE ESTÁGIO	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

O fenômeno da População em Situação de Rua (PSR) é um dos grandes problemas presentes na contemporaneidade e em nossa sociedade. No entanto, levando em consideração a seriedade do problema, não é dada a ele a atenção realmente necessária. A temática, que deve ser considerada de extrema importância, ainda não possui grande visibilidade, portanto, se torna cada vez mais urgente abordá-la, compreendê-la e debatê-la.

No intuito de demonstrar a relevância que a temática possui, temos a população em situação de rua no Brasil como tema de pesquisa deste presente trabalho. Contudo, nesta ocasião, partimos do entendimento de que a PSR é matéria de pesquisa e de intervenção da profissão, isto é, abordamos e analisamos sobre o tema a partir da perspectiva do Serviço Social. Deste modo, esse trabalho de conclusão de curso se trata predominantemente sobre um objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais.

O caminho percorrido para a realização desse trabalho foi estruturado em três capítulos. Buscamos, ao decorrer do caminho, compreender e apresentar o nosso objeto de estudo com a finalidade de identificar alguns dos importantes aspectos que contribuem para uma caracterização ampla do fenômeno da PSR. Criando uma linha do tempo, procuramos dar respostas aos questionamentos que levaram à realização desse trabalho, bem como, entender mais profundamente as raízes do problema.

É importante ressaltar que nos referimos à PSR neste trabalho como um fenômeno heterogêneo. Apesar dos indivíduos que se encontram em situação de rua compartilharem uma característica em comum, que é o fato de usarem logradouros públicos como moradia permanente ou temporária, compreendemos e deixamos claro que não se pode generalizar a situação de rua e os fatores que ocasionam a ida de pessoas para a rua. Assim como, não consideramos que seja algo normal ou natural da sociedade.

Buscamos, ao longo do desenvolvimento do trabalho, compreender mais a fundo alguns dos principais fatores que podem ocasionar a ida de indivíduos para a rua. Abordamos diversos fatores, no entanto, demos ênfase ao desemprego, a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social. Todos eles, considerados expressões da “questão social” advindas do modo de produção capitalista e da

acumulação do capital. Ainda, para complementar, discorreremos sobre o contexto sócio-histórico brasileiro e sobre como ele está relacionado à temática.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu quando eu estava inserida ao campo de estágio obrigatório nos anos de 2018 e 2019, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Mariana-MG. A população em situação de rua da cidade era atendida pela instituição e usuária da mesma, estando assim, presente diariamente e regularmente dentro do espaço físico dessa instituição. Dito isso, durante a realização do estágio, pude ter contato direto com essas pessoas e conhecer um pouco da história de alguns deles, o que fez despertar meu interesse pelo assunto e querer saber mais sobre a realidade daqueles que ali estavam.

Em um primeiro momento, foi despertado o interesse em procurar entender melhor quais eram os agravantes fatores e razões que ocasionaram a condição daquelas pessoas que se encontravam em situação de rua. Assim, através do contato direto com essa população e a realização de dinâmicas com os mesmos, como por exemplo, uma roda de conversa guiada, foi possível notar que existem diversos fatores que podem levar as pessoas a situação de rua. O uso de entorpecentes, o rompimento do vínculo familiar (por motivos variados) e, problemas de saúde mental, são alguns deles. No entanto, os fatores que mais se repetiram foram o desemprego, a pobreza e a falta de renda para o sustento familiar.

Em uma das dinâmicas de roda de conversa guiada, realizada pela assistente social juntamente aos estagiários e a população em situação de rua atendida pela instituição, a assistente social colocou em uma caixinha algumas palavras como “família”, “passado”, “história”, “saúde”, “vontade”, “sonho”, “futuro”, entre várias outras. Ela explicou que era uma dinâmica de descontração e uma abertura para conversa, no intuito de criar um espaço onde eles se sentissem a vontade de se abrirem e compartilharem um pouco de suas histórias de vida. Nessa dinâmica ouvimos vários relatos e histórias diferentes, mas que, ao mesmo tempo, algumas vezes pareciam, de certa forma, “repetidas”. Repetidas porque, mesmo sendo pessoas distintas e que anteriormente vivam em lugares diferentes, por razões iguais, chegaram até ali. E por razões iguais, quero dizer sobre os fatores que mais se repetiram, como citados acima, e ocasionaram a ida da maioria daqueles ali presente para a rua.

Sendo assim, considero o tema da pesquisa de grande relevância, uma vez que o número dessa população em nosso país não para de crescer (conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), assim como a porcentagem do desemprego, da pobreza e da desigualdade social (conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). De acordo com dados do IPEA publicados em 2016, no Brasil não existe um número realmente oficial sobre essa população, tendo em vista que são pessoas que não possuem endereço fixo e muitas vezes vivem em constante transição, seja dentro de uma mesma cidade ou até entre cidades e estados diferentes. No entanto, mesmo não existindo um número real, o IPEA possuía uma estimativa em 2015 de 101.854 pessoas.

Contudo, em 2020 o IPEA divulgou uma nova estimativa, onde o resultado foi de 221.869 pessoas em situação de rua no país. Uma análise de dados foi feita durante o período de setembro de 2012 a março de 2020, acusando um aumento expressivo de 140% dessa população durante o tempo analisado. Mesmo em 2020, o IPEA ainda afirmava a inexistência de um número real, uma vez que no Brasil não é realizada contagem oficial dessa população, apenas estimativas baseadas no Cadastro Único e Censo Suas.

Decorrente disso, uns dos principais pontos negativos em não se ter dados concretos sobre a população em situação de rua do país é que, além de expressar a invisibilidade de tal problema diante dos olhos do Estado, ainda dificulta a criação de políticas públicas e sociais voltadas a esse público, fatos que tornam o tema da pesquisa ainda mais relevante e importante para o âmbito e exercício da profissão. Tendo em vista que a população em situação de rua é uma das áreas de pesquisa e atuação do(a) assistente social, o tema desta pesquisa é de grande relevância para o Serviço Social.

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender como o modo de produção capitalista e as expressões da “questão social” advindas do mesmo estão diretamente ligadas aos fatores que levam as pessoas à condição de população em situação de rua no Brasil e como as particularidades sócio-históricas do país influenciam no processo. E, objetivos específicos, apresentar e conceituar o fenômeno da população em situação de rua fazendo associação ao modo de produção capitalista; discorrer sobre a “questão social” e as particularidades brasileiras fazendo um apanhado sobre o processo sócio-histórico do país e o

passado colonialista do mesmo; refletir sobre o papel das políticas públicas e sociais diante do fenômeno em estudo.

Como falado acima, esta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, “*A população em situação de rua na sociedade contemporânea*”, abordamos inicialmente a metodologia de pesquisa trabalhada. Em seguida, discorremos sobre a conceituação da população em situação de rua e sobre a problemática envolvida acerca do assunto. Ainda, trouxemos para a discussão o modo de produção capitalista e suas consequências na sociedade, a fim de explicar como o mesmo está diretamente associado ao fenômeno da população em situação de rua.

No segundo capítulo, “*A ‘questão social’ e as particularidades brasileiras*”, abordamos sobre a gênese e a conceituação do termo “questão social”, trazendo a discussão para a realidade brasileira e discorrendo sobre suas particularidades sócio-históricas. Falamos também sobre o passado colonialista, escravista e racista do Brasil, que trouxe para a atualidade uma herança fortemente presente desse período.

O terceiro capítulo, “*O CREAS Mariana-MG e a população em situação de rua da cidade*”, discorremos primeiramente sobre a assistência social como política pública garantida pelo Estado. Em seguida, abordamos sobre o CREAS e a proteção social especial, trazendo a discussão para a instituição de Mariana-MG, os serviços ofertados pela mesma e relatos do estágio realizado.

Por fim, nas considerações finais trouxemos uma visão geral de tudo que foi abordado e apresentado no trabalho, como: a violação dos direitos mínimos sociais que a PSR passa, os fatores que ocasionam a ida de pessoas para a rua, o modo de produção capitalista e as expressões da “questão social”, as políticas sociais oferecidas a esse público, a importância do trabalho do(a) assistente social frente a esse problema e, algumas considerações.

CAPÍTULO 1: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No primeiro item deste capítulo abordaremos a nossa metodologia de pesquisa. No decorrer do mesmo, buscaremos inicialmente discorrer sobre a temática deste trabalho, que é a população em situação de rua no Brasil. Várias indagações acerca dessa população são feitas, então, buscamos de maneira sucinta esclarecê-las. Como um fenômeno heterogêneo, que apresenta diferentes origens e histórias de vida, trouxemos alguns aspectos que contribuem para uma caracterização mais ampla do mesmo. Em seguida, discorreremos sobre o modo de produção capitalista, trazendo ao longo dos tempos o seu desenvolvimento e crescimento constante. Abordaremos sobre a exploração da força de trabalho da classe operária pela classe capitalista, mostrando em seguida algumas das consequências geradas a partir desse modo de produção.

1.1- METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização de nossa pesquisa, que tem como tema a população em situação de rua no Brasil, buscamos alcançar o objetivo geral da mesma – *compreender como o modo de produção capitalista e as expressões da “questão social” advindas do mesmo estão diretamente ligadas aos fatores que levam as pessoas à condição de população em situação de rua no Brasil e como as particularidades sócio-históricas do país influenciam no processo* – tendo como procedimento técnico base a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é baseada e desenvolvida a partir de materiais já elaborados (GIL, 2002). Isto é, a obtenção de informações através da leitura de livros, textos acadêmicos, artigos, monografias, dissertações, teses, revistas, reportagens, informativos, matérias em sites, entre outros. Assim, como forma de se basear e referenciar este trabalho de conclusão de curso, buscamos criá-lo e desenvolvê-lo a partir de pesquisas e estudos já realizados. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla” (GIL, 2002, p. 45). Ou seja, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é uma das formas mais ricas de se pesquisar, uma

vez que a quantidade de fontes e referências existentes para fundamentar um novo estudo é extensa.

Além de ser uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho também se encaixa em uma pesquisa explicativa. As pesquisas explicativas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42).

É também, uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247). Em nosso trabalho buscamos fazer a análise crítica de todo o conteúdo bibliográfico utilizado a fim de compreendermos melhor o tema abordado e para que pudéssemos ter uma fundamentação teórica qualificada.

Além disso, para incrementar a metodologia, usamos do relato e da observação para conectar a teoria com a prática profissional. Contamos com a experiência de estágio realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Mariana-MG por um ano, onde tínhamos contato direto com a população em situação de rua da cidade atendida pela instituição, trazendo relatos da vivência de estágio e algumas considerações e questionamentos. Enquanto estagiária, foi possível acompanhar e observar o trabalho profissional diante de uma importante matéria de intervenção da profissão.

Levando em consideração todos os aspectos acima mencionados, podemos afirmar que para a realização dessa pesquisa foi de suma importância trabalhar conjuntamente com todas as formas de pesquisas supracitadas e a experiência de estágio, uma vez que elas se complementaram e nos possibilitou chegar ao resultado deste trabalho.

1.2- CONCEITUANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Quando falamos sobre o tema População em Situação de Rua (PSR) na sociedade contemporânea, diversas questões são levantadas a respeito deste assunto tão relevante. Questões como: “por que essas pessoas estão na rua?”, “quais serão os motivos que as levaram até essa situação?”, “será que foi escolha delas estarem na rua?”, “será que não possuem uma família?”, “como elas conseguem sobreviver nessa realidade?”. Vemos, a partir desses importantes

questionamentos, que pesquisar sobre essa temática é um grande desafio, porém, extremamente necessário.

Contudo, são vários os fatores que envolvem a pesquisa sobre a população em situação de rua. Elementos como a grande desigualdade social existente, a relação entre o capital e o trabalho¹, o modo como a sociedade capitalista trata e descarta as pessoas e, a falta de atenção e de políticas sociais direcionadas a essa população são fortes causas deste fenômeno. Como definição do que é população em situação de rua, trouxemos o art. 1º do Decreto Nº 7.053 de 23 dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), onde nos diz que

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Na tentativa de caracterizar o fenômeno da população em situação de rua, Silva (2006) conseguiu identificar e relatar seis aspectos que podem ser considerados características do mesmo. São eles: as suas múltiplas determinações; ser uma expressão radical da “questão social” na contemporaneidade; a sua localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta; e a tendência à naturalização do fenômeno. Sobre todos os aspectos, falaremos brevemente a seguir:

As múltiplas determinações: São os múltiplos fatores que podem levar as pessoas à situação de rua. Podendo ser fatores estruturais, biográficos e até mesmo fatores da natureza ou desastres de massas (SILVA, 2006). A autora diz que

os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo (SILVA, 2006, p. 82).

Expressão radical da “questão social” na contemporaneidade: Silva (2006) frisa que a “questão social” são expressões das desigualdades sociais existentes e

¹ Sobre esta questão aprofundaremos mais adiante.

desenvolvidas a partir do modo de produção capitalista e, por esse motivo, o fenômeno da PSR constitui uma expressão da “questão social”.

Localização nos grandes centros urbanos: Na contemporaneidade é perceptível o alto número de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos. O motivo se dá por serem locais com maior circulação de capital e oferta de emprego, conseqüentemente “mais fáceis” de garantir o sustento, mesmo que de forma precária. Também, por terem mais oportunidades de gerarem renda por conta própria, como os catadores de materiais recicláveis. Outro fator que também justifica o fato de ser um fenômeno majoritariamente urbano é pela maior facilidade de atendimento às necessidades básicas como alimentação, necessidades fisiológicas e higiene (SILVA, 2006).

Preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade à PSR: A autora diz que as discriminações que essa população recebe não surgiu atualmente, mas sim, em épocas anteriores, acontecendo em todos os lugares. Ela exemplifica alguns dos adjetivos pejorativos que eles recebem, como: “mendigos”, “vagabundos”, “desocupados”, “bandidos”, “loucos”, “sujos”, “pedintes”, “doentes mentais”, entre outros. Ainda é pontuado que é muito comum as pessoas que estão em situação de rua serem responsabilizadas pelo fato (SILVA, 2006).

Particularidades vinculadas ao território em que se manifesta: Em se tratando do Brasil, um país com uma ampla abrangência territorial, grande número de estados, características socioeconômicas, culturais e geográficas diversas, faz com que seja diferente a forma como o fenômeno se dá em cada lugar específico do país (SILVA, 2006).

Tendência à naturalização: O fato de não se ter políticas sociais que tenham o intuito de reduzir a pobreza e a desigualdade social, mais o fato de não se ter dados e informações reais sobre a população em situação de rua, causa a naturalização do fenômeno, como se fosse parte natural da sociedade moderna (SILVA, 2006).

Em geral, a referência a este grupo social é carregada de preconceitos em relação a sua condição, as fragilidades dessas pessoas são vistas como as únicas causas da própria condição em que o viver na rua é considerado uma escolha individual, enquadrando-se em teorias que analisam esse fenômeno como sendo natural. (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 3)

Silva (2006) traz o apontamento de que a PSR não é uma população homogênea. As pessoas que se encontram nessa situação têm origens diferentes e razões diversificadas. E que, mesmo estando na rua, como abrigo temporário ou moradia, não as tornam pessoas com o mesmo perfil, mesma caracterização e muito menos pertencentes a um único grupo populacional. No entanto, “existem condições ou características comuns que permitem identificá-las como um grupo populacional diferenciado” (SILVA, 2006, p. 97). A primeira delas é a pobreza extrema; a segunda, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; e a terceira; a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (SILVA, 2006).

Muitas suposições acerca dessa população são feitas, muitos são os preconceitos sofridos diariamente por essas pessoas, mais ainda, são os julgamentos direcionados a elas. De acordo com Mattos e Ferreira (2004) a reação comumente que as pessoas têm ao se depararem com a população em situação de rua é de medo, constrangimento, receio de que façam algo, sensação de perigo, comoção, piedade, violência e hostilidade.

Observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundos, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 47).

Como já falado, são inúmeros os julgamentos que as pessoas que estão em situação de rua recebem cotidianamente. Julgamentos, que nada mais são, o preconceito que a sociedade gere direta e gratuitamente contra a PSR. Para muitos é sempre mais fácil julgar do que procurar entender o que de fato acontece e se questionar o porquê daquelas pessoas se encontrarem em um estado tão precário, vulnerável e de extrema desigualdade social.

As pessoas que se encontram em situação de rua acabam sendo constantemente tipificadas, caracterizadas negativamente e taxadas com múltiplos adjetivos pejorativos apenas pelo estereótipo que apresentam. A tipificação² sobre essa população acontece como maneira de categorizá-los como inferiores ao resto

² Tipificar é fazer com que (algo ou alguém) se torne típico; provocar a caracterização de; caracterizar-se: há características que tipificam algumas pessoas; tipificam-se impressões. **Dicionário online de português.** Disponível em: <<https://bit.ly/3jZQziX>>

da sociedade, e, claramente está relacionada aos inúmeros julgamentos ruins que recebem e aos preconceitos que sofrem dia após dia.

Nas palavras de Costa (2005, p. 3, apud Bulla; Mendes; Prates, 2004, p. 113 – 114)

De uma forma geral, as pessoas em situação de rua apresentam-se com vestimentas sujas e sapatos surrados, denotando a pauperização da condição de moradia na rua; no entanto, nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético. Dizem as autoras que a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de auto-estima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família.

Costa (2005), que também considera a PSR um grupo heterogêneo, diz que em algum momento algum infortúnio atingiu a vida dos atuais moradores em situação de rua, sendo o desemprego e o rompimento de vínculo familiar/afetivo alguns deles. Conseqüentemente, “fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia” (p. 3).

Referenciando outros autores a respeito da caracterização que a população em situação de rua recebe, trouxemos Mattos e Ferreira (2004, p. 50)

O estereótipo do nômade urbano é clássico: roupa esfarrapada, pele encardida com dermatoses, às vezes abrindo em feridas, corpo marcado por cicatrizes; unhas das mãos e dos pés enegrecidas, compridas e, por vezes, deformadas; dentes em parte caídos, em parte cariados; cabelos ensebados, olhos congestionados, etc. São signos genéricos que contam a trajetória social e tornam evidente que o indivíduo faz parte da população pobre que habita as ruas (apud MAGNI, 1994, p. 134).

Respondendo alguns dos questionamentos feitos anteriormente, são vários os infortúnios que afetam a vida dessa população, e que, conseqüentemente fazem parte das causas que levam as pessoas até a situação de rua. Esses tais infortúnios que atingem a vida desses indivíduos são muitos e variados, acontecendo com mais constância do que imaginamos e gostaríamos. Como pontuamos, a PSR é um fenômeno heterogêneo, portanto, não se pode generalizar os motivos que ocasionaram a ida dessas pessoas para a rua.

De acordo com a experiência de estágio realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Mariana - MG no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019, tendo contato direto com a população em situação de rua da cidade e que era atendida pela instituição, vimos

os seguintes fatores: o *uso abusivo de álcool e outras drogas*; a *perda do vínculo familiar, transtornos mentais*; o *desemprego*; e a *falta de renda para sustentar a família e a si próprio*.

Em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas na realidade das ruas, podemos dizer que muitas das vezes são maneiras de refúgio para uma difícil situação que estejam passando. Costa (2005) aponta que a PSR sempre foi invisível aos olhos do Estado brasileiro e conseqüentemente deixados de lado. É fato, que na vivência das ruas essas pessoas sofrem todos os dias diferentes tipos de violência contra o seu ser social, isto é, a violação dos direitos sociais previstos em lei. Costa (2005, p. 9), ainda nos diz que “o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua”.

A fome e o frio são apenas exemplos de alguns dos desafios que essa população enfrenta no convívio diário na rua.

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. (COSTA, 2005, p. 10 - 11)

De acordo com Silva et al. (2020), o uso de álcool e outras drogas fazem parte da cultura da rua. Eles dizem que “essas pessoas vivem uma vida precária, sofrem violências e estigmas constantes, e não há políticas públicas e redes formais adequadas para suas necessidades, e estão mais vulneráveis a doenças e ao uso de drogas” (p. 3718). Para os autores, o uso de entorpecentes é também visto como uma maneira de sobrevivência e modo de lidar com a dura realidade que vivenciam. Outro ponto de vista que eles abordam é sobre o uso de álcool e outras drogas como meio de socialização e criação de relação com os outros que se encontram na mesma condição, “o uso da droga permite unir as pessoas em situação de rua diante dos problemas comuns que vivenciam pelas ruas” (SILVA, 2006, p. 3719).

Trazendo um pouco mais sobre essa questão do uso de entorpecentes serem usados como forma de socialização entre os moradores em situação de rua, é algo que para eles é necessário e importante que aconteça. É fato que pertencer a um grupo e andar sempre com companhias traz uma segurança maior e talvez reduza um pouco dos riscos que eles correm diariamente.

A existência das famílias, ou de grupos que se formam principalmente durante as noites, ocorre, muitas vezes, como forma de proteção de ataques. Com frequência, os grupos constituídos a partir da ida para a rua, têm por base laços efêmeros, criados por necessidades de sobrevivência pessoal de cada componente. (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 3)

Quando não estão juntos como um grupo e buscando proteger seus pertences e o local que gostam de permanecer, normalmente estão se enfrentando e passando por situações de solidão e medo recorrente. Ou seja, para muitos a melhor opção é formar e/ou pertencer a grupos e famílias, pois juntos possuem uma força maior e se sentem minimamente em segurança.

Infelizmente, ainda não existem dados concretos e registros oficiais de pessoas que se encontram em situação de rua no país. De acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicada em 2016, o Brasil não conta com dados oficiais sobre essa população. A ausência dessas informações é “justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo”, e que conseqüentemente, “prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para esse contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais” (IPEA, 2016, p. 7). Na pesquisa também é retratado que “os municípios maiores comportam proporcionalmente mais pessoas em situação de rua que os menores”, ou seja, são nas grandes cidades que se encontram os maiores aglomerados de pessoas em situação de rua (IPEA, 2016, p. 10).

Mesmo não existindo dados concretos e um registro oficial de pessoas em situação de rua no país, o IPEA (2016) em 2015 possuía uma estimativa de 101.854 pessoas. Contudo, em 2020 o IPEA (2020) divulgou uma nova estimativa, onde o resultado foi de 221.869 pessoas em situação de rua no país. Uma análise de dados foi feita durante o período de setembro de 2012 a março de 2020, acusando um aumento expressivo de 140% dessa população durante o tempo analisado. Mesmo em 2020, o IPEA ainda afirmava a inexistência de um número real, uma vez que no Brasil ainda não é realizada contagem oficial dessa população.

Além da má caracterização, da tipificação, dos adjetivos pejorativos, dos julgamentos e dos preconceitos que trouxemos anteriormente ao qual a PSR é submetida constantemente, vemos, também, com os dados acima que essa população é praticamente invisível diante dos olhos do Estado. Reconhecemos que existem sim dificuldades para se ter dados oficiais sobre uma população que não

possui endereço fixo e nem documentação, mas não podemos concordar que sejam tratadas com tanto desdém e desconsideração.

Ao que se trata de exclusão social da PSR, trataremos nessa pesquisa como exclusão do mercado de trabalho formal, exclusão dos direitos sociais e dos direitos de cidadania, e a falta de pertencimento à sociedade. No entanto, refletindo mais a fundo, podemos afirmar que o problema é nítido e está diante dos nossos olhos a todo o tempo. Essa exclusão social, nada mais é, do que um fruto do sistema capitalista em que estamos inseridos, que controla e comanda grande parte do mundo, incluindo a sociedade brasileira. Sistema esse, que divide a sociedade em classes sociais dicotômicas, que vai de populações que vivem na extrema pobreza a pessoas que vivem na extrema riqueza. Usamos o termo dicotomia, porque apesar de termos lados opostos (extrema pobreza x extrema riqueza) dentro da sociedade capitalista, eles infelizmente são complementares. O sistema capitalista apenas funciona porque existe essa grande oposição dentro dele, para existir a extrema riqueza é necessário que também exista a extrema pobreza.

Reis e Schwartzman (2002, p. 5) dizem que o conceito de exclusão social “traz implícita a problemática da desigualdade, já que os excluídos só o são pelo fato de estarem privados de algo que outros (os incluídos) usufruem”. Esse conceito se encaixa perfeitamente no fenômeno da população em situação de rua, ou seja, a PSR está inclusa no grupo que os autores denominam excluídos e são, de fato, diariamente privados de seus direitos sociais. Nas palavras dos mesmos autores, o termo exclusão social

alude à não efetivação da cidadania, ao fato de que, apesar da legislação social e do esforço das políticas sociais, uma grande massa de indivíduos não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social. Indivíduos que vivem no espaço de uma sociedade nacional aportam contribuições a essa sociedade, mas não têm acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos. (REIS; SCHWARTZMAN, 2002, p. 6)

Reafirmando o que foi dito anteriormente, a PSR é regularmente privada de seus direitos sociais, que Reis e Schwartzman (2002, p. 6) definem como “direitos ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social – o direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice”. Seguindo a linha de raciocínio dos autores “o conceito de exclusão é portanto inseparável do de cidadania” (p. 6). Sendo assim, o cidadão é um indivíduo que está inserido no

Estado e que por lei deveria ter acesso aos direitos que o mesmo Estado proporciona e deveria garantir.

No próximo tópico iremos falar do Modo de Produção Capitalista e sobre como ele divide a sociedade em duas classes sociais opostas e desiguais, a classe capitalista e a classe operária. Discorreremos sobre o processo, o desenvolvimento e o propósito do mesmo, mostrando como é um processo alienante e trazendo adiante algumas de suas consequências, incluindo a PSR como uma delas.

1.3- O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

De agora em diante discorreremos sobre o Modo de Produção Capitalista e o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Abordaremos sobre a exploração da força de trabalho da classe operária, vinda da classe capitalista com o propósito de cada vez mais acumular seu capital. Falaremos também do avanço tecnológico, da inclusão das maquinarias e das mudanças no mundo do trabalho. Em seguida, trataremos da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, em suas várias formas, como consequência do crescimento constante do capital. Após isso, inseriremos o tema da população em situação de rua como uma consequência do modo de produção capitalista e uma expressão extrema da “questão social”.

O Modo de Produção Capitalista (MPC) passou por diferentes fases ao longo dos últimos séculos antes de se concretizar no que é atualmente. No início do processo, o que movia a formação do MPC era a produção própria de mercadorias e a troca delas entre pessoas em condições iguais. Eram pessoas que produziam suas mercadorias de acordo com os meios de produção e matéria-prima que possuíam para suprir parte de suas necessidades e ao mesmo tempo trocar por outras mercadorias também necessárias. Esse processo de troca era baseado em pessoas que produziam diferentes itens e trocavam entre si com base naquilo que precisavam para sua subsistência, cada um pagava pela mercadoria do outro com a sua própria e assim funcionava o comércio. Marx (2013, p. 176) diz que,

a variedade material das mercadorias é a motivação material para a troca e torna os possuidores de mercadorias dependentes uns dos outros, uma vez que nenhum deles tem em suas mãos o objeto de suas próprias necessidades, e que cada um tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro.

Em seguida, as mercadorias começaram a ser comercializadas, ou seja, o método de produção era o mesmo, mas já não existia a troca, e sim, a venda dos produtos. A princípio, com preços justos, baseando-se no trabalho próprio e no processo de produção de cada mercadoria. Isto é, o comércio acontecia através da compra e venda de mercadorias, ou seja, todos estavam de igual para igual no mercado na medida em que cada um produzia a sua própria mercadoria para vender. Quem comprava também vendia e quem vendia também comprava, de acordo com as necessidades de cada um. Exemplificando, se M precisava de algo produzido por N e N necessitava do que era produzido por M, ambos vendiam e compravam a mercadoria um do outro, atendendo às necessidades deles.

Mais adiante, alguns comerciantes criaram a “maldade” de valorizar um pouco mais suas mercadorias e venderem por um preço mais alto, gerando assim, um lucro. Nas palavras de Marx (2013, p. 168) “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”.

O propósito do modo de produção capitalista é a acumulação de capital, ou seja, transformar o capital em mais capital. Explicando mais claramente, uma pessoa possuidora de dinheiro, chamada por Karl Marx (2013) de capitalista, aplica o seu capital em algo e passa esse algo adiante com um valor acima do que foi aplicado anteriormente, gerando assim um valor excedente. De acordo com a linha de pensamento marxista, esse processo recebe o nome de mais-valor, onde inicialmente é investida uma quantidade X na produção de uma mercadoria e posteriormente, após a venda dessa mesma mercadoria, recebido um retorno de X + Y, sendo Y um excedente sobre o valor inicial investido. O intuito do capitalista é sempre produzir mais capital e mais riqueza. Marx nos diz que

Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional. O aumento incessante do valor, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação, é atingido pelo capitalista, que, mais inteligente, lança sempre o dinheiro de novo em circulação. (MARX, 2013, p. 172)

Sendo assim, o capitalista com o propósito de se tornar cada vez mais rico, está sempre colocando o seu capital em circulação, para em seguida receber o retorno do que foi gasto, mais o excedente. Para o capitalista não é inteligente manter o seu capital parado, uma vez que no processo de circulação, o “seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro” (MARX, 2013, p. 171).

Posteriormente, surgiu o processo da força de trabalho. Onde o possuidor de dinheiro, como já falado, o capitalista, se mostrou disposto a comprar a força de trabalho daquele indivíduo que também estava disposto a vender sua força de trabalho como uma mercadoria. Era, portanto, uma relação de negócios em que comprador e vendedor trocavam o que tinham a oferecer. O capitalista então, pagava uma quantia pela força de trabalho que estava comprando de outra pessoa e usava do trabalho alheio para ser sua fonte de mais-valor.

Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais (MARX, 2013, p. 180).

Marx (2013, p. 181) chama o indivíduo que vende sua força de trabalho de trabalhador livre, por dois aspectos: o “de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender”. Marx ressalta também que essa relação social de compra e venda da força de trabalho não é uma relação histórico-natural e nem algo comum aos períodos anteriores, mas sim, resultado de um desenvolvimento histórico e de revoluções econômicas (MARX, 2013).

A princípio, essa relação de compra e venda da força de trabalho parecia ser algo bom, com a única intenção de pessoas trocarem entre si o que tinham a oferecer. O capitalista pagando pela força de trabalho do trabalhador, e o trabalhador por sua vez recebendo pela venda de sua força de trabalho. O capitalista pagava pela força de trabalho alheia da seguinte forma: o trabalhador tinha que produzir por dia um tanto de mercadoria que fosse suficiente para pagar os meios de produção gastos e o salário dele mesmo.

Infelizmente, as coisas não foram mil maravilhas assim por muito tempo. O capitalista notou que o trabalhador gastava apenas uma parte do tempo estipulado suficiente dentro da jornada de trabalho para produzir o necessário para pagar pelos meios de produção usados e pela própria força de trabalho, vendo assim, uma grande oportunidade de fazer mais dinheiro em cima da força de trabalho comprada. Foi quando, então, surgiu a exploração da força de trabalho.

Marx (2013) criou as categorias de análise “tempo de trabalho necessário” e “tempo de trabalho excedente” para explicar essa relação. Sendo, o tempo de trabalho necessário aquele em que o trabalhador usava para produzir o suficiente para pagar por sua força de trabalho. E o tempo de trabalho excedente, sendo o tempo em que o trabalhador trabalhava e produzia a mais, além do necessário, sem ganhar nada por tal e conseqüentemente gerando mais dinheiro para o capitalista. Sendo isso então, considerado a exploração da força de trabalho. Netto e Braz pontuam que

No MPC, na medida em que do trabalho resultam *mercadorias* cujo possuidor é o capitalista, que, vendendo-as, obtém um excedente extraído dos produtores diretos, o trabalho é, *além* de processo de criação de valor, *processo de valorização* do capital. A *criação de valor* opera-se no tempo de trabalho necessário; a *valorização* opera-se no tempo de trabalho excedente – se não há tempo de trabalho excedente, não há valorização mas, apenas criação de valor. [...] no processo de trabalho, o que interessa ao capitalista é justamente o *processo de valorização* (NETTO; BRAZ, 2006, p. 111, grifo do autor).

Deixamos explícito então que o modo de produção capitalista se baseia nessa relação de interesses entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Isto é, interesse da classe capitalista que viu a oportunidade de transformar seu capital em mais capital a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. E, interesse da classe trabalhadora que apenas tinha a sua força de trabalho como mercadoria para vender e necessitava disso para a sua sobrevivência. No entanto, o capitalista se encontra continuamente produzindo e reproduzindo sua riqueza alienando o trabalhador, que por sua vez, é quem faz todo o trabalho e apenas recebe um salário nada justo por isso, deixando o possuidor de dinheiro cada vez mais rico. Marx (2013, p. 426) faz comparações da exploração da força de trabalho com a escravidão, nas palavras dele “o escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis”.

Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] É o beco sem saída característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converte seu próprio produto no meio de compra nas mãos do primeiro (MARX, 2013, p. 428).

As proporções que a exploração da força de trabalho tomou foram enormes. Enquanto de um lado tínhamos a classe capitalista, se tornando cada vez mais poderosa e rica, do outro, tínhamos a classe trabalhadora sendo completamente

alienada e se tornando dependente da classe capitalista. O próprio MPC criou essa divergência dentro das sociedades. Divergência que, de um lado tem um indivíduo que possui condições para não ser o seu próprio produtor e, do outro lado um indivíduo que não tinha as mesmas condições e apenas possuía sua força de trabalho como mercadoria para vender.

Para a conclusão da primeira parte desse contexto, trouxemos as palavras de Netto e Braz que resumem bem o MPC e a relação do capitalista com o trabalhador, sendo eles

dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou operário). As *classes fundamentais* do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para / compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 84 – 85, grifo do autor)

Na medida em que a tecnologia foi surgindo e se desenvolvendo, mudanças aconteceram no mundo do modo de produção capitalista e do trabalho. A classe trabalhadora, que por muito tempo trabalhou apenas com sua força de trabalho na produção de mercadorias, foi surpreendida com o avanço tecnológico e as invenções das máquinas. A classe capitalista, por sua vez, investiu no desenvolvimento da tecnologia e na compra de máquinas como meios de produção constantes e de longa duração, transferindo assim, o trabalho de seus assalariados para o manuseamento de tais máquinas. O que era manufatura (produtos feitos a mão) se transformou na maquinofatura (produtos feitos por máquinas).

Para a classe burguesa – capitalistas –, a maquinofatura foi um grande e positivo acontecimento, pois apesar do investimento feito em novos meios de produção ser algo constante e de longa duração, a produção de mercadorias automaticamente aconteceria muito mais rápida, podendo assim explorar mais da força de trabalho dos trabalhadores e obter em cima disso um lucro ainda maior. Já para a classe operária – trabalhadores –, eles teriam que aprender como trabalhar nesse novo processo de produção, ou seja, aprender a manusear as máquinas e não receber nada a mais por isso.

Segundo Marx (2013) o capital é composto pelos seus meios de produção e a exploração da força do trabalho, sendo os meios de produção o componente constante e a força de trabalho o componente variável. Como sabemos, o propósito do MPC é a acumulação do capital, e a intenção do mesmo é sempre se manter em constante evolução e crescimento, para que sua acumulação também cresça na mesma proporção. Com o crescimento e a abrangência do capital, conseqüentemente é necessário o crescimento do componente variável, ou seja, cresce a necessidade de se ter mais força de trabalho. Nas palavras do autor, ele explica que

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados (MARX, 2013, p. 450).

Mas Marx (2013), assim ressalta, que chegaria o momento em que a oferta de trabalho não seria suficiente para a demanda que o capital exigia, acarretando assim no aumento dos salários. Em decorrência do crescimento constante do capital, a cada ano que passava parte do mais-valor era investido em mais componente variável, para que este gerasse sempre mais mais-valor, possibilitando a grande expansão do capital e a abertura de novos mercados, proporcionando sempre uma maior acumulação. O aumento dos salários acontece, pois a oferta de trabalho simplesmente não consegue acompanhar a demanda do capital. Nas palavras exatas de Marx (2013, p. 450) está dizendo que “cedo ou tarde há de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação comecem a ultrapassar a oferta habitual de trabalho, ocasionando o aumento do salário”.

Seguindo continuamente a linha do pensamento marxista, ele nos explica que apesar do aumento dos salários a exploração da força de trabalho ainda continua, e que na verdade, o fato dos salários aumentarem para os trabalhadores apenas reduz para os capitalistas o trabalho não pago exercido pela classe operária. Ou seja, ainda que minimamente menor, a exploração é contínua e a acumulação é crescente. Com o incentivo de um salário melhor a produtividade do trabalho aumenta, mas a partir do momento em que o mais-valor não é produzido na mesma escala de antes e ameaça o desenvolvimento da acumulação, os salários podem abaixar novamente. Em outras palavras,

Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a

permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. (MARX, 2013, p. 453)

Marx (2013) segue explicando que os trabalhadores se submetem às condições do capital pois é a única maneira que encontram como meio de valorização do seu trabalho. Mas em realidade, o que a classe operária pensa ser a valorização do seu trabalho é, na verdade, a valorização do capital. O proletariado, que recebeu aumento de salário, acaba gastando parte de seu dinheiro nos vários mercados capitalistas que foram desenvolvidos com o crescimento do capital, e assim, retorna parte desse dinheiro para o próprio capitalista.

No início do desenvolvimento do MPC, a classe capitalista dividia o capital que entrava, o mais-valor, em partes iguais de investimento nos componentes constantes e variáveis. Com o avanço do modo de produção, da maquinaria e do crescimento constante dos mesmos, isso passou a ser diferente. O investimento para o componente constante passou a ser muito maior do que o investimento para o componente variável, porém, mesmo que em proporções menores, ainda ocorria a compra da força de trabalho.

Marx (2013, p. 451) ainda explica que o objetivo dos capitalistas é manter uma produtividade sempre crescente, pois “a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção”. Em resumo, o capital está sempre em circulação, de forma contínua buscando pelo seu desenvolvimento e seu crescimento, com o intuito de tornar sua acumulação cada vez maior. Como o processo de crescimento do capital ocorreu ao longo de anos, na medida em que esses anos iam passando, aumentava constantemente a oferta de trabalho, causando assim o aumento dos salários e, conseqüentemente, o aumento também da demanda de trabalho e o desenvolvimento cada vez maior da classe operária.

Com o emprego da maquinaria e o avanço tecnológico o crescimento do capital é ainda mais intensificado, e o investimento nos meios de produção, o componente constante, aumenta cada vez mais. Com a aquisição das máquinas, se tornou possível que mais mercadorias fossem produzidas em um mesmo espaço de tempo. Assim, com a maquinofatura intensificando a produtividade crescente do

capital e gerando mais mais-valor numa escala avançada, a força de trabalho já não era mais igualmente necessária como os meios de produção. Marx nos explica que,

Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas (MARX, 2013, p. 458).

Ou seja, com as máquinas assumindo praticamente todo o trabalho pesado do MPC, infelizmente a classe operária começa a “sobrar” e conseqüentemente ficar desempregada, já que o único meio que encontravam de valorizar sua força de trabalho era vendendo para a classe capitalista. Ainda mantendo no MPC uma pequena parcela dos trabalhadores, Marx (2013, p. 462) diz que “todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores”. Sendo assim, com o poder do emprego dos operários nas mãos, o capitalista faz com que menos trabalhadores executem suas funções mais intensa e extensivamente.

Essa classe operária que “sobra”, que está estagnada e sem emprego, é chamada por Marx de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Esse exército industrial de reserva nada mais é do que o resultado do crescimento e desenvolvimento da acumulação do capital ao longo dos anos. Marx (2013) conta que existe um ciclo industrial, onde o mercado passa por momentos de altos e baixos e, constantemente, aumentando e diminuindo a oferta de trabalho. Para a classe capitalista, essa superpopulação relativa é essencial no seu processo de acumulação. Como isso se explica? Se o capital se encontra em uma boa conjuntura e com largas produções de mercadorias, conseqüentemente gera mais oferta de trabalho, aumento de salário e aumento da demanda de trabalho também. Mas, se o capital não se encontra em uma boa conjuntura, o inverso acontece, ou seja, baixas produções que faz cair a oferta de trabalho, o salário e dispersa a demanda de trabalho.

Este é, porém, o dogma econômico. De acordo com ele, o salário aumenta em consequência da acumulação do capital. O incremento do salário estimula um aumento mais rápido da população trabalhadora, aumento que prossegue até que o mercado de trabalho esteja supersaturado, ou seja, até que o capital se torne insuficiente em relação à oferta de trabalho. O salário diminui, e então temos o reverso da medalha. A baixa salarial dizima pouco a pouco a população trabalhadora, de modo que, em relação a ela, o capital se torna novamente superabundante, ou, como outros o explicam, a baixa salarial e a correspondente exploração redobrada do trabalhador aceleram, por sua vez, a acumulação, ao mesmo tempo que o salário baixo põe em xeque o crescimento da classe trabalhadora (MARX, 2013, p. 464).

Essa rotatividade é necessária ao capital, pois para ele é essencial que sempre exista essa superpopulação relativa à disposição do mercado, fazendo com que assim, os operários que estão empregados se sintam constantemente ameaçados por esse exército industrial de reserva que está apostado esperando por uma oportunidade. Como existe uma fila de trabalhadores à espera, os que já estão contratados não pretendem correr o risco de perder sua vaga, aceitando assim baixos salários e uma intensiva jornada de trabalho. Pois, se não aceitam as circunstâncias impostas pelo capital, haverá quem aceite.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p. 463).

Marx (2013, p. 465) nos diz então que “a superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho.”

Ainda nos referenciando a Marx (2013), todo trabalhador que se encontra parcial ou inteiramente desocupado faz parte do exército industrial de reserva. Mesmo não levando em conta as fases do ciclo industrial, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada.

A superpopulação flutuante é aquela que acompanha os altos e baixos do ciclo industrial, ora sendo contratada, ora sendo dispensada. São os trabalhadores que são constantemente atraídos e repelidos pelo mercado de trabalho. Essa forma da superpopulação requer sempre trabalhadores juvenis, que ofereçam maior produtividade no trabalho, a ponto de chegar na idade adulta e já não ser tão eficiente mais, sendo assim, trocados por operários jovens e por consequência aumentando as filas do exército industrial de reserva. A superpopulação latente são os produtores rurais que migram para as cidades. À medida que a produção capitalista se apodera da agricultura, “parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano” (MARX, 2013, p. 467). E a superpopulação estagnada é uma parte ativa dos trabalhadores, mas que possuem ocupações irregulares. Marx diz que “desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível” e “suas

características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (MARX, 2013, p. 468).

Após o autor explicar sobre as superpopulações flutuante, latente e estagnada, ele aborda ainda que existe a esfera do pauperismo e a do lumpemproletariado. Sendo o pauperismo, “considerado o segmento mais baixo da superpopulação relativa” (MARX, 2013, p. 468), formado por três categorias e o lumpemproletariado constituindo os “vagabundos, delinquentes e prostitutas”. Com as palavras exatas do autor, explicaremos as três categorias que formam o pauperismo:

Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. [...] Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e [...] são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. [...] Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc (MARX, 2013, p. 468).

Podemos então, afirmar mais uma vez que, para que a acumulação do capital exista e aconteça, é obrigatoriamente necessário que também exista e aconteça a exploração da força de trabalho, o exército industrial de reserva e o pauperismo. Em outras palavras, de um lado temos a constante acumulação do capital, e do outro, temos a constante acumulação da miséria. Os dois acontecem na mesma proporção. E o mais irônico, podemos dizer, é que a esfera da miséria produz toda a riqueza da esfera capitalista. O miserável e explorado se torna ainda mais miserável à medida em que torna a classe oposta cada vez mais rica e poderosa.

Em seguida, Marx (2013) relata sobre os estragos que começaram a ser causados nas sociedades capitalistas, isto é, nas principais cidades com polos industriais e mercados avançados. Em um curso, o crescimento da riqueza e da classe capitalista (burgueses) foi absurdo. Mas em outro, também foi crescente a migração dos trabalhadores (proletariado) para essas cidades. Assim como explicamos, quanto maior era a acumulação do capital, maior era a oferta de emprego e, maior era o fluxo de pessoas para essas cidades.

[...] quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais (MARX, 2013, p. 477).

Adiante, falaremos então sobre o crescimento e desenvolvimento das cidades e das condições de moradias que a classe operária era submetida. Obviamente, por serem polos de indústrias e avançados mercados, tais cidades sofriam melhorias em relação a sua infraestrutura. Para os burgueses estava tudo certo, ao longo das melhorias eles passavam de uma casa grande e confortável para outras ainda melhores. A parte desagradável, como sempre, desaba sobre a classe operária. Com a migração dessa classe sendo sempre constante para acompanhar o crescimento da acumulação do capital, os trabalhadores e suas famílias iam se alocando como podiam e se submetendo a condições nada favoráveis, como a falta total de conforto e de condições dignas de higiene. Claramente, eles só podiam arcar com moradias extremamente precárias.

É evidente que as “melhorias” (improvements) das cidades, que acompanham o progresso da riqueza e são realizadas mediante a demolição de bairros mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes casas comerciais etc., a ampliação de avenidas para o tráfego comercial e carruagens de luxo, a introdução de linhas de bondes urbanos etc., expulsam os pobres para refúgios cada vez piores e mais superlotados (MARX, 2013, p. 477).

Fato é, que a cada melhoria que essas cidades recebiam, o amontoamento dos trabalhadores e de suas famílias se tornavam cada vez maiores e mais precários. Marx (2013, p. 479) diz que “quanto mais rapidamente se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis são as moradias improvisadas dos trabalhadores.” O exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa também fazem parte desse amontoamento e suas más condições, uma vez que é só haver melhora nos negócios capitalistas para eles também estarem apostos para as novas ofertas de trabalho. “Com os bons negócios, também chega, naturalmente, a inundação provocada pelas ondas do sempre agitado “exército de reserva” ou “superpopulação relativa”” (MARX, 2013, p. 480).

A razão de termos abordado, em resumo, a trajetória do modo de produção capitalista ao longo dos tempos foi, para finalmente, falarmos dos momentos atuais. Vimos então, até o presente momento, como se dava o processo de reprodução do MPC na sociedade, e assim, pudemos concluir que ele se fundava na relação de exploração da força de trabalho e na acumulação do capital. Em relação a isso, nada mudou. Mesmo com o passar dos anos, com as criações de leis trabalhistas e garantias de direitos básicos à classe trabalhadora, como jornada de trabalho

definida em 8 horas por dia, salário fixo mensal e férias remuneradas, o MPC continua com seu mesmo fundamento de deixar a classe capitalista cada vez mais rica e a classe trabalhadora cada vez mais pobre, dependente e alienada. A respeito da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, também abordaremos adiante sobre uma de suas faces presente nos tempos atuais

Silva (2006), autora em quem nos embasaremos nos próximos parágrafos, se propõe em parte de sua pesquisa a dissertar sobre o fenômeno PSR no Brasil entre os anos de 1995 e 2005. Em sua pesquisa, que não foi feita sobre o território nacional inteiro, e sim, com base em documentos e estudos feitos em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, ela busca uma caracterização do fenômeno e mostra um perfil contemporâneo deles.

A pesquisadora fala da população em situação de rua na contemporaneidade e explicita as condições histórico-estruturais do fenômeno. De acordo com Silva (2006), quando nos tempos anteriores – como explicamos sobre o MPC – a população rural foi removida de suas terras para que o sistema capitalista se instalasse ali também, essa mesma população, em transferência para as cidades para se tornarem assalariados do capital, não conseguiu inteiramente serem absorvidas pelas indústrias. Por falta de vagas e pela difícil adaptação da população rural com um novo tipo de trabalho. “Dessa forma, ‘muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por forças das circunstâncias’.” (SILVA, 2006, p. 74 apud MARX, 1988b: 851)

Dessa forma, ela afirma que foi nesse momento que se deu origem ao pauperismo, na qual atualmente, a PSR faz parte. Silva (2006, p. 75) o descreve como “a condição de trabalhadores, que só dispunham de sua força de trabalho para vender – e nem essa foi absorvida pela produção capitalista, compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana”.

Discorreremos sobre o MPC até aqui, para finalmente, poder vos dizer que o fenômeno PSR é um dos frutos do alienante processo de acumulação do capital. Enquanto o capital cresce, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva o acompanham e continuam sendo submetidos às condições e necessidades de expansão do capitalismo (SILVA, 2006).

A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital [...] Portanto, a reprodução do fenômeno população em situação de rua ocorre

no processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo (SILVA, 2006, P, 75).

Silva (2006) fala que a PSR na contemporaneidade se encaixa nas três formas da superpopulação relativa, mas que a predominante é a forma estagnada, levando em conta as atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras demais. Ela ainda diz que, além dessa população surgir nas três formas citadas, é possível associá-la ao lumpemproletariado, devido às suas características de parte da classe trabalhadora que é apta ao trabalho mas não é acolhida pelo mercado.

A autora ainda traz dados sobre o fenômeno PSR nos Estados Unidos (EUA) e aponta o desemprego como um dos fatores estruturais causadores da ida para a rua. Nos EUA, ela conta que os dois maiores momentos de expansão da PSR aconteceram nos momentos de crise da superacumulação do capital que ocorreu mundialmente, datadas nos decênios de 1930 e 1970. Sobre o Brasil, Silva diz que não se tem conhecimento de estudos sobre momentos de desenvolvimento e expansão do fenômeno antes da década de 1990. É ainda apontado que as consequências da crise mundial do capitalismo nos anos 1970 apenas se manifesta no Brasil em meados de 1990. Foi nesse momento então, que se teve uma grande extensão da superpopulação relativa no nosso país devido ao desemprego, gerando assim a extensão também no fenômeno PSR (SILVA, 2006).

Silva (2006) ainda aborda sobre o assunto que falaremos no próximo capítulo, a “questão social”. Ela considera a população em situação de rua uma expressão radical da “questão social” na contemporaneidade e frisa que a “questão social” são expressões das desigualdades sociais oriundas das relações sociais capitalistas e, por esse motivo, o fenômeno PSR constitui uma dessas expressões. Ela, no entanto, ressalta que,

a origem do fenômeno e a sua reprodução contínua, vinculadas aos processos inerentes à acumulação do capital constituem argumentos centrais da caracterização do fenômeno população em situação de rua como uma expressão radical da questão social. [...] Neste contexto, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constituem fatores relevantes da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno da população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo (SILVA, 2006, p. 89 - 90).

No próximo capítulo discorreremos sobre a “questão social” e abordaremos a conceituação do termo. Em seguida, trataremos das particularidades brasileiras a partir de uma breve análise do contexto sócio-histórico de nosso país. Na sequência, falaremos também sobre o passado colonialista, escravista e racista do país, como uma de suas particularidades. E, por último, abordaremos algumas das principais expressões da “questão social” na atualidade de nossa sociedade, incluindo a PSR.

CAPÍTULO 2: A “QUESTÃO SOCIAL” E AS PARTICULARIDADES BRASILEIRAS

Neste capítulo discorreremos sobre a gênese e a conceituação do termo “questão social”, usado pela primeira vez em 1830. Abordaremos autores que se tornaram grandes referências dentro desse debate no Serviço Social, como José Paulo Netto, Marilda Vilela lamamoto, Potyara Pereira, Alejandra Pastorini e Josiane Santos. Em seguida, falaremos sobre as particularidades da “questão social” no Brasil, abordando seu contexto sócio-histórico. Ainda, traremos para a discussão o passado colonialista e escravista do Brasil, relatando sobre o racismo como herança de tal época e algo estrutural em nossa sociedade. Por último, abordaremos brevemente as principais expressões da “questão social” presente em nosso país.

2.1- A “QUESTÃO SOCIAL”

De acordo com Netto (2001), a expressão “questão social” começou a ser usada em 1830. O autor conta que o termo surgiu na Europa Ocidental para dar nome ao fenômeno que estava rapidamente se desenvolvendo a partir do impacto que as grandes indústrias estavam causando, o *pauperismo*. Netto (2001) ainda afirma que, apesar de não ser inédita a relação de desigualdade em camadas sociais, o pauperismo era um fenômeno novo e que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42, grifo do autor).

Além de dar reconhecimento ao fenômeno do pauperismo, a expressão “questão social” se instaurou porque os pauperizados se reconheceram como tal, não aceitaram a posição à qual estavam submetidos e, exigiram reconhecimento político e a garantia de direitos mínimos por parte do Estado. Nas palavras de Netto (2001),

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. [...] Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas (NETTO, 2001, p. 43).

Outra autora que também aborda sobre a gênese da “questão social” é lamamoto (2001). De acordo com ela, os avanços tecnológicos que ocorreram nos processos de produção capitalista estão diretamente ligados à gênese da “questão

social”. A autora diz ainda que “considera ser a ‘questão social’ *indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras*” (IAMAMOTO, 2001, p. 11, grifo da autora). Ela nos explica que no processo de grande industrialização e avanços tecnológicos é reduzido o número do capital variável e expandido o número do capital constante. Assim, o processo de acumulação é intensificado, uma vez que os avanços da tecnologia permitem grande aceleração de produtividade mesmo com o capital variável reduzido.

Com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social (IAMAMOTO, 2001, p. 14, grifo da autora).

Pereira (2007), que também aborda Netto e Iamamoto em sua pesquisa, pontua que o desenvolvimento e a intensificação do processo de industrialização e urbanização causou o aumento absurdo da pobreza e da miséria. Além do indivíduo pobre e desempregado, havia também os trabalhadores que exerciam sua força de trabalho nas mais precárias situações que o capital proporcionava, e que, mesmo com o emprego, viviam ainda na miséria. Foi quando se desenvolveu e cresceu rapidamente o chamado *pauperismo*, que de acordo com Marx (2012, p. 468) “constitui o asilo para os inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva”.

Como definição mais próxima do que é a classe dos pauperizados, podemos dizer que ela é composta tanto por pessoas que são aptas ao trabalho – mas excluídas do mercado –, como também, por aqueles que já são considerados velhos e não mais aptos ao trabalho; crianças; mulheres; e os invalidados – fisicamente – de exercerem a sua força de trabalho (PEREIRA, 2007).

Pereira (2007) concorda que os pauperizados chegaram a níveis tão extremos de pobreza e miséria que acabaram se tornando um problema e uma ameaça para a ordem capitalista quando finalmente se reconheceram como classe explorada e alienada. A “questão social” se tornou ato de resistência para a classe operária quando “ao lado do pobre desprovido de trabalho, apareceu o trabalhador, cujo salário, baixo demais, não possibilitava uma existência digna” (PEREIRA, 2007, p. 19).

Nos arriscamos a assinalar, de modo bem simplificado que, durante esse período, a economia “trabalhava” contra a sociedade, afinal, o desenvolvimento industrial acarretava uma miséria maciça que, na medida

em que crescia a organização dos trabalhadores pauperizados, ameaçava a ordem social; e a esfera política, por sua vez, via-se às voltas com o desafio de resolver essa contradição fundamental, seja via revolução social, pelas mãos dos trabalhadores, [...] seja de modo mais pragmático, pelas mãos dos governantes. Assim, percebemos que a questão social estava no cerne das preocupações tanto dos reformadores quanto dos conservadores (PEREIRA, 2007, p. 47).

Iamamoto (2001) ainda expõe que esse movimento de reduzir o capital variável e aumentar o capital constante, no intuito de expandir a produção e a acumulação do capital, com base na intensificação do processo de industrialização, faz com que ocorra o crescimento absoluto da população trabalhadora, tendo como consequência a produção de uma população supérflua – ou como nos referimos no capítulo anterior, exército industrial de reserva. “Com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo” (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

Em assenso com Netto (2001), para Iamamoto (2001) a “questão social” está diretamente ligada com a emergência da classe operária e o entendimento da mesma como classe explorada, ingressando assim no cenário político em busca de reconhecimento por parte do Estado. Reconhecimento como classe que também faz parte da sociedade e deveria ter seus direitos garantidos, como quaisquer outros cidadãos.

Pereira (2007) expõe que parte da classe operária, apesar da precariedade e das más condições as quais estava inserida, conseguia se adaptar à ordem burguesa, por sentir necessidade. Já outra parte, não aceitava a extrema exploração e miséria e “caíam no alcoolismo, demência, suicídio e as mulheres, na prostituição” (PEREIRA, 2007, p. 46). Ela ainda completa dizendo que a partir do momento em que a classe operária reconhecia sua posição e exploração, viam saída na revolta e na revolução, organizando greves e formando sindicatos para terem representatividade e valorização, se tornando “agentes sociais e transformadores” (PEREIRA, 2007, p. 46).

Os trabalhadores, submetidos a esta nova ordem, acabavam vendendo sua força de trabalho em troca da subsistência, com péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas, trabalhando até o limite das forças e, não raro, tidos por negligentes e insubordinados. Dessa forma, a miséria e a fome não tardaram a aparecer, assim como doenças, devido às péssimas condições de higiene, escassez do fornecimento de água e pelo fato de não terem como se proteger do frio. Tal quadro levou à morte inúmeros trabalhadores pobres (PEREIRA, 2007, p. 45).

A conjuntura em que os pauperizados e a classe operária se encontravam após os avanços tecnológicos e o desenvolvimento da industrialização era extremamente séria e preocupante. Mas, é possível aqui, entender os dois lados da moeda. Entendemos tanto o lado daqueles que aceitavam se submeter à toda precariedade imposta pelo capital, por achar ser o único meio de subsistência viável, quanto o lado dos que se revoltavam com a miséria e a exploração, e buscavam revolução, representação e reconhecimento.

Santos (2008) concorda com os autores citados anteriormente sobre a conceituação da “questão social” e reafirma que: a “questão social” surgiu no século XIX “para designar fenômenos associados ao pauperismo” (SANTOS, 2008, p. 23). Ela ainda pontua que a “questão social” deve ser compreendida como um conceito, e não, como categoria. Nas palavras da autora,

A gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital: a incorporação pelos capitalistas das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho (SANTOS, 2008, p. 29).

Como definição do termo “questão social”, a grande maioria dos autores que pesquisam e estudam sobre o tema possuem uma opinião comum formada a respeito, trazendo sempre associações ao modo de produção capitalista, ao desenvolvimento da tecnologia e industrialização, à exploração da força de trabalho, à criação de classes antagônicas, à formação do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, ao pauperismo. Pereira (2001) exemplifica-nos dizendo que a relação da burguesia com o proletariado é uma relação entre dominador e dominado. E que a partir do momento em que o dominado se reconhece como tal e problematiza sua situação, a “questão social” surge, ameaçando assim, a ordem capitalista dominadora.

Referenciando Netto (2001) novamente, em suas exatas palavras:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

Nas palavras de Yamamoto (2001):

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 16 – 17).

E nas palavras de Pastorini (2004):

Sintetizando, poderíamos dizer que a problemática da “questão social” reformulada e redefinida nos diferentes estágios capitalista, persiste substantivamente sendo a mesma. Sua estrutura tem três *pilares centrais*: em primeiro lugar, podemos afirmar que a “questão social” propriamente dita remete à *relação capital/trabalho* (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho assalariado ou com o “não trabalho”; em segundo, que o atendimento àqueles problemas e grupos sociais podem colocar em *xeque a ordem socialmente estabelecida* (preocupação com a coesão social), e finalmente, que ela é expressão das *manifestações das desigualdades e antagonismos* ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista (PASTORINI, 2004, p. 110 – 111, grifo da autora).

Como podemos ver a partir das citações trazidas acima, essas são algumas das definições e conceituações que alguns dos importantes pesquisadores desse debate nos oferecem a respeito do termo “questão social”. Podemos concluir que todos partem de uma concepção marxista e concordam que a relação entre o capital e o trabalho está diretamente conectada à gênese da “questão social”. Contudo, em concordância com Santos (2008), podemos dizer que, além do conceito da “questão social”, existem as suas diversas expressões, para além de só o pauperismo. Expressões essas, que são desenvolvidas a partir do modo de produção do capital, afetando diretamente a classe dos operários. A extrema pobreza, a miséria, a falta de emprego, a exclusão, a fome, a inexistência de moradia, o não acesso à saúde e ao saneamento básico, são algumas das expressões da “questão social”.

Ainda de acordo com Netto (2001), a exploração e a desigualdade precedem à ordem burguesa, isto é, já era algo presente nas sociedades anteriores. O que diferencia é o fato de que nas sociedades anteriores tais eventos “decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir”, enquanto na ordem burguesa constituída, “decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas” (NETTO, 2001, p. 46).

A classe trabalhadora buscava seu reconhecimento e queria por parte do Estado que algo fosse feito em seu favor. Que a garantia dos direitos acontecesse e

que eles pudessem viver em condições dignas, como de qualquer outro cidadão. lamamoto (2001) diz que,

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Ainda segundo Netto (2001), a partir da última metade do século XIX a “questão social” é deslizada para o pensamento conservador. Tanto no âmbito do conservadorismo laico quanto no confessional, a “questão social” passa a ser naturalizada, e em ambos os casos, era defendida uma reforma moral.

O cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida, trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2001, p. 44).

Em se tratando da contemporaneidade, lamamoto (2001) também afirma que existe uma tendência a naturalizar a “questão social”. As maneiras de enfrentamento que o Estado apresenta às expressões da “questão social” são feitas de forma que nos levam a naturalizar tais expressões. Isto é, são políticas de assistência focalizada que tentam combater de forma amena as expressões decorrentes da desigualdade social. São políticas que não possuem a intenção de acabar com a causa do problema, mas sim, apenas amenizar suas consequências.

Quem também aborda sobre a naturalização da “questão social” é Pastorini (2004). Ela aponta que as medidas que procuram atender às manifestações das expressões da “questão social” na contemporaneidade não devem ser medidas de integração social, pois assim, estariam acomodando os indivíduos à ordem burguesa. Ela escreve que a forma como a “questão social” é tratada pelos setores hegemônicos, através da tentativa de integração social, acaba naturalizando suas expressões e reproduzindo a “ideologia do favor” (PASTORINI, 2004, p. 93), com a intenção de que os indivíduos se culpabilizem pelo que passam e acreditem que estão sendo ajudados por boa vontade, e não, que estão tendo seus direitos garantidos.

Assim, os usuários, portadores de direitos, são reduzidos a beneficiários, assistidos, requerentes etc., que receberão os serviços e benefícios sob a forma de políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados (PASTORINI, 2004, p. 93).

Dando continuidade, Pastorini (2004) afirma que as ações do Estado como forma de enfrentamento às expressões da “questão social” têm como intenção apenas encarar aquelas “situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa” (PASTORINI, 2004, p. 110), e que independente da forma de enfrentamento, nunca é focalizada na raiz do problema, mas apenas uma maneira de acalmar as situações. “É necessário pensar em estratégias que busquem romper com essa ordem, que procurem criar uma ‘contra-hegemonia’; mas, para isso, requer-se ação e sujeitos políticos capazes de romper com a situação de submissão em que vivem” (PASTORINI, 2004, p. 90).

Junior, Silva e Medeiros (2018), referenciando Behring e Boschetti (2009), relatam que as políticas sociais são desenvolvidas a partir dos conflitos da “questão social”, no entanto, essas mesmas políticas atendem “aos interesses dos/as trabalhadores/as ou grupos sociais, mas não interrompe a questão social, pois é a lei geral da acumulação capitalista que produz os elementos para sua existência e expressão” (JUNIOR; SILVA; MEDEIROS, 2018, p. 10). Apesar de existirem políticas sociais públicas direcionadas às vítimas das expressões da “questão social”, não é de interesse do Estado que tais expressões sejam combatidas completamente.

Iamamoto (2001) ainda relata que existe uma dupla armadilha quando a “questão social” é analisada desconectando suas múltiplas expressões da gênese comum do termo. Isto é, “desconsiderando os processos sociais contraditórios – na sua dimensão de totalidade – que as criam e as transformam” (IAMAMOTO, 2001, p. 18). A primeira armadilha se baseia na pulverização e fragmentação das “questões sociais”, que faz com que os próprios indivíduos sejam culpabilizados pela situação em que se encontram. É completamente ignorada a dimensão coletiva do problema, tratando assim, os indivíduos como completos responsáveis de suas dificuldades. Já a segunda, é baseada em aprisionar a análise em um discurso genérico, tratando a “questão social” a partir de um único ângulo e desconsiderando completamente todas as suas particularidades.

Em se tratando de particularidades da “questão social”, é com essa deixa que trataremos o Brasil para o nosso trabalho. Até o momento, discorreremos sobre os determinantes universais da “questão social”, abordando de forma central sua gênese a partir da concepção marxista. No entanto, é necessário entendermos que as expressões da “questão social” estão diretamente ligadas às particularidades de cada país (PASTORINI, 2004). Fato é, que cada país possui um contexto sócio-

histórico particular, logo, devemos tratar as expressões da “questão social” de acordo com suas singularidades.

2.2- PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL – CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Para falar das particularidades da “questão social” no Brasil é preciso ultrapassar a forma universal do debate acerca do modo de produção capitalista e a relação entre o capital e o trabalho existente dentro dele (SANTOS, 2012). Quando falamos em particularidades de um país, precisamos entender o contexto sócio-histórico em que ele está inserido e considerar seus elementos principais, como a cultura, economia, estruturas políticas e a formação das classes sociais. Não se pode comparar as expressões da “questão social” entre países que possuem o contexto histórico e cultural completamente diferente.

Para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (SANTOS, 2008, p. 45).

Yazbek (2001) afirma que a “questão social” é uma “questão que se reformula e se redefine” (YAZBEK, 2001, p. 33) ao longo dos tempos e das particularidades de cada país, no entanto, mantém sua base estrutural desde o início. Pastorini (2004) compartilha do mesmo pensamento que Yazbek (2001) e nos diz que os traços essenciais do modo de produção do capital estão vigentes até os dias de hoje, porém, não significa que a “questão social” é única e se expressa da mesma maneira em todas as sociedades capitalistas.

Pelo contrário, como já foi dito aqui, a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial (PASTORINI, 2004, p. 113).

Santos (2008) questiona em sua tese o fato de o debate acerca da “questão social”, em grande parte da produção bibliográfica do Brasil, apenas tratar do elemento teórico-conceitual, e não se aprofundar a respeito das particularidades sócio-históricas do país. A pesquisa bibliográfica está estagnada na conceituação do termo, sempre afirmando: “a ‘questão social’ é expressão das relações de exploração do trabalho pelo capital” (SANTOS, 2008, p. 33). Existe uma “**ausência**

de incorporação das investigações sobre a formação social brasileira para pensar as particularidades da ‘questão social’ no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 45, grifo da autora).

De acordo com Santos (2008) o capitalismo em nosso país teve um caráter conservador em sua modernização. A história do modo de produção capitalista brasileiro e até mesmo a formação de classes sociais no país estão relacionados com tal conservadorismo e ainda conciliados a um “atraso”. O sistema colonial brasileiro foi “parte substantiva da caracterização do ‘atraso’” (SANTOS, 2008, p. 58), assim como um fator importantíssimo na formação das classes sociais no país.

O sistema colonial brasileiro tinha como características a monocultura, o latifúndio, a escravidão e a exportação. Sendo assim, o Brasil já possuía um sistema pré-capitalista que também usava da exploração da força do trabalho alheio – as pessoas escravizadas – para a construção e aquisição de riquezas dos colonizadores do país. Ou seja, antes da implementação do sistema capitalista, no Brasil já havia um histórico de grandes e extremas contradições entre classes sociais. Nesse sistema pré-capitalista, os latifúndios, que eram as grandes propriedades de terras, de posse dos colonizadores e comandadas pelos mesmos, eram usados para plantações que tinham como finalidade a exportação, contudo, a mão-de-obra era escrava (SANTOS, 2008).

A colonização do Brasil teve fim em 1822, data de sua independência. Em seguida, o sistema econômico introduzido foi o imperialista, que manteve a linha da exportação e teve fim após a Proclamação da República, em 1889. Ambos os sistemas econômicos, colonial e imperial, usavam de mão-de-obra escrava. O Brasil, que foi invadido no final do século XV, apenas aboliu a escravatura no final do século XIX. Ou seja, a economia do nosso país usou fortemente do trabalho escravo para se erguer e consolidar.

Sendo assim, o Brasil, desde seu início teve suas extensas terras e riquezas diversas exploradas, o que pertencia a nós, era exportado para outros países. Um país com largas áreas e grandes propriedades que apenas era extorquido, não existindo investimento em si, e sim, investimento para os exteriores. Quando o sistema capitalista se desenvolveu no país, deram continuidade aos processos econômicos das exportações, pois parecia ser uma relação favorável para todos os lados (SANTOS, 2008).

A dominância do modelo agro-exportador resulta da conjugação de uma série de fatores de produção a baixo custo, especialmente a força de trabalho, que possibilitavam a produção de matérias-primas relativamente baratas. Assim, esses produtos podiam ser vendidos no mercado internacional por preços satisfatórios para quem as produzia e, também, para quem as comprava (SANTOS, 2008, p. 62).

De acordo com Pereira (2007), até os anos 1930 a economia do Brasil se baseava em dois tipos de atividades agrícolas. Uma delas era a produção de café, voltada para o mercado externo. A outra, uma agro-pecuária de baixa produtividade, voltada para o mercado interno. Ainda na mesma década, em meados dos anos 1930, o país passou por uma intensificação na industrialização e em seu desenvolvimento, causando mudanças no contexto sócio-político e econômico do país. Sobre a Revolução de 1930, Pereira (2007) diz que “pode ser considerada como um marco divisório entre a vigência do sistema agrário-industrial, voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente, encontrando bases cada vez mais sólidas de expansão” (PEREIRA, 2007, p. 87).

Após a intensificação da industrialização no Brasil, o país estava passando por um período de grande desenvolvimento econômico, acarretando o crescimento populacional e o aumento da urbanização. Foi a partir de então, que o governo populista que assumiu o poder após a Revolução de 1930, reconheceu a existência da “questão social” no país, passando assim, a ser uma questão política, enfrentada pelo Estado (PEREIRA, 2007).

A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e outros. Na medida em que consolidava-se a industrialização, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social (PEREIRA, 2007, p. 88).

O desenvolvimento da modernidade no Brasil não aconteceu da mesma forma em que foi nos países centrais. Aqui, tal processo ocorreu em um ritmo particular, único, onde “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a *questão social*” (IAMAMOTO, 2010, p. 129, grifo da autora). O Brasil é um país que teve o seu desenvolvimento econômico e social acontecendo de forma desigual (IAMAMOTO, 2010).

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País tem sido uma de suas particularidades históricas. O **“moderno” se constrói por meio do “arcaico”**, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob

a hegemonia financeira. As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. **O novo surge pela mediação do passado**, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2010, p. 128, grifo nosso).

Perez (2019), em seu artigo, fez uma síntese sobre a obra “A revolução burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes. O autor relata que Florestan considera a revolução burguesa do nosso país atípica e com suas particularidades próprias. Ele ainda expõe que Florestan afirma que a dependência econômica do Brasil percorreu toda a história do país, desde o período colonial. O Brasil passou, então, de uma economia escravista mercantil, que esteve presente em todo o período colonial e imperial, para a economia capitalista. Foi um processo “desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa atípica que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias rurais que se *aburguesaram* e os comerciantes imigrantes” (PEREZ, 2019, p. 13, grifo do autor). Sendo assim, a revolução burguesa em nosso país trouxe um tipo de desenvolvimento capitalista de forma refuncionalizada, com vestígios da era colonial e escravista presentes no que seria o novo sistema econômico do país (PEREZ, 2019).

Iamamoto (2010) relata que o Brasil saiu de uma “democracia dos oligarcas” para uma “democracia do grande capital” (IAMAMOTO, 2010, p. 131). Isto é, mesmo com a implementação do capital, o domínio político e nacional continuou nas mãos da mesma classe dominante. Isso, porque a revolução burguesa no país aconteceu num caráter antidemocrático. Desde sua instauração teve todas as decisões políticas tomadas “de cima para baixo”, ou seja, sem nenhum envolvimento da classe operária.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2010, p. 132).

O sistema latifundiário, que antecedeu o capitalismo brasileiro, não foi um obstáculo para o desenvolvimento capitalista no país, uma vez que as grandes propriedades de terra se transformaram em empresas capitalistas agrárias. No Brasil, os grandes proprietários de terras se transformaram em capitalistas, assim

como o inverso também. Eram eles que faziam parte da classe dominante, tomando decisões juntamente ao Estado, excluindo sempre a classe operária (IAMAMOTO, 2010).

A revolução burguesa no País nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas. Foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital de âmbito do comércio e da indústria. Aos fazendeiros, juntaram-se os imigrantes que vinham cobrir as necessidades de suprimentos de mão-de-obra no campo e na cidade. Uma vez desfeitas as ilusões do enriquecimento rápido e do sonho de retorno às regiões de origem, os imigrantes deslocam-se do meio rural, mas levam consigo as concepções rurais de organização de vida (IAMAMOTO, 2010, p. 136).

Assim como existia as empresas capitalistas agrárias, existia também a industrialização que estava se desenvolvendo nas cidades. Aqueles que trabalhavam com a mão-de-obra no campo e se desiludiam com a realidade que encontravam, se deslocavam do campo para a cidade em busca de algo melhor. No entanto, o que acontecia na realidade, era que esses trabalhadores acabavam por beneficiar a burguesia industrial, uma vez que essa população que vinha do campo para a cidade era uma população sobrando, supérflua, o que era motivo para a baixa dos salários urbanos (COUTINHO, 1984, apud IAMAMOTO, 2010).

Iamamoto (2010) ainda relata que as elites no comando possuíam um plano político cultural conservador e que incorporaram no país um ideário liberal diferente do que ocorreu na Europa. A elite brasileira pregava a ideologia do liberalismo – de forma diferente da original – para que a classe subalterna acreditasse que eram livres, mas o “acesso à vida social dependia do favor de um grande” (IAMAMOTO, 2010, p. 138). A burguesia pregava e afirmava em seus discursos serem contra “o arbítrio e a escravidão, mas praticava a ideologia do favor e o clientelismo” (IAMAMOTO, 2010, p. 138).

Existia ainda o coronelismo, “um fenômeno que indica a rarefação do poder público frente ao poder privado ou a privatização de funções e de recursos públicos em função de interesses privados” (IAMAMOTO, 2010, p. 139). Os coronéis, que eram proprietários de terras e de riquezas, faziam um sistema de troca de favores com seus dependentes, exercendo função pública mediante recursos do Estado. Ou seja, fazia uso de recursos públicos para interesses privados (IAMAMOTO, 2010).

A modernização conservadora do país criou uma aliança do capital – financeiro, nacional e internacional – com o Estado, afirmando mais uma vez a exclusão da classe operária, que não era inclusa e nem beneficiada em nada. Lutas

sociais e revoltas aconteceram por parte dessa classe, mas as poucas conquistas sociais não eram suficientes para prover e manter benefícios e condições dignas e menos desiguais. Ainda, com a crise do capital dos anos 1970, quem sofreu as consequências, mais uma vez, foi a classe operária, onde as ideias neoliberais preconizaram a desarticulação do poder dos sindicatos, causando a baixa dos salários e a redução de empregos, aumentando ainda mais a desigualdade social e radicalizando a “questão social” (IAMAMOTO, 2010).

A constante dessa trajetória tem sido a permanente exclusão dos trabalhadores urbanos e rurais das decisões do Estado e do bloco do poder, sujeitos à repressão centralizadora do Estado e ao arbítrio do poder privado dos chefes políticos locais e regionais (IAMAMOTO, 2010, p. 139).

Esta sociedade é presidida por uma tradição autoritária e excludente, que se condensa no “autoritarismo social”, isto é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo “mando e pela obediência” – quando as pessoas se reconhecem como desiguais –, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos (IAMAMOTO, 2010, p. 141).

Podemos notar, que mesmo antes do sistema capitalista ser implementado em nosso país, já ocorria aqui uma diferenciação e separação de classes sociais extremamente desiguais. O capitalismo, que já existia e era ativo em outros lugares, como nos países europeus, se beneficiava através da colonização de nações como o Brasil, extorquindo nossas riquezas e alimentando o seu próprio capital. Quando finalmente o capitalismo foi instaurado aqui, ele se aproveitou da herança de exploração que possuímos e da separação desigual de classes já existente.

Contudo, não seria possível falar do contexto sócio-histórico brasileiro sem abordar um pouco mais a fundo sobre o nosso passado colonizado, explorado e escravizado. No próximo item, abordaremos brevemente sobre o período de colonização, exploração e escravização em nosso país e sobre como o racismo se desenvolveu nas sociedades ao redor do mundo e se tornou algo estrutural em nossa sociedade.

2.3- O COLONIALISMO, ESCRAVISMO E RACISMO

Segundo Quijano (2005, p. 107) “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão do poder de vocação mundial”. Ainda de acordo com o autor, existiu dois processos históricos convergentes que se associaram na formação desse espaço/tempo, constituindo dois eixos importantes nesse novo

padrão de poder. Quijano (2005), se referindo ao período de colonização da América pelos europeus, expõe que o primeiro eixo é a criação e diferenciação entre os seres humanos através da raça (para poder diferenciar os conquistadores dos conquistados, ou seja, os colonizadores dos colonizados) baseado na hipótese biológica que classificava naturalmente alguns indivíduos como inferiores a outros. Essa classificação se iniciou na América e em seguida se espalhou pelo mundo inteiro, como o novo padrão de poder. O segundo eixo se baseava na “articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 107).

A ideia de raça, sem seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p. 107).

De acordo com Almeida (2018, p. 19) o termo “raça” e seu significado, desde seu surgimento – em meados do século XVI – esteve “ligado ao ato de estabelecer classificações”. Essa ideia de classificação racial se deu quando a Europa encontrou o novo mundo – a América –, e iniciou o processo de colonização, incluindo o território brasileiro. Ele também aborda sobre a teoria da biologia em seu texto, expondo que era a forma como os europeus justificavam o fato de se sentirem superiores aos demais. O homem, de “*objeto filosófico*” passou a ser “*objeto científico*” (ALMEIDA, 2005, p. 23).

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não-branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência* (ALMEIDA, 2005, p. 23, grifo do autor).

O racismo não é algo que foi comprovado através da ciência ou de estudos realizados dentro de um laboratório. Nunca existiu cientificamente razões que justifique a superioridade de um grupo étnico sobre o outro. Tal pensamento é “uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar” (MOURA, 2014, p. 1). Ainda, de acordo com Almeida (2018, p. 24), os estudos da antropologia no século XX relataram a inexistência de tais fatores biológicos, afirmando que o conceito de raça “é um elemento essencialmente político”.

Para os colonizadores europeus, o que importava e tinha validade eram apenas suas origens. Quaisquer outras terras que fossem encontradas por eles e conseqüentemente colonizadas, teria fortemente presente o racismo contra os primitivos daquela terras. Além de se sentirem completamente superiores e dominantes, ainda se viam no direito de saquear e extorquir as colônias que tomavam posse. “Não só roubaram-lhe as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistema de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram” (MOURA, 2014, p. 4).

Durante o processo de colonização os índios e os negros, trazidos da África para serem escravizados, eram considerados a “raça inferior”. Além de usarem termos como “espanhóis”, “portugueses” e “europeus” para se classificarem e denominarem como “raça superior”, em um momento a frente os dominadores usaram também da cor da pele para fazerem diferenciação entre eles e os dominados. Como os negros escravizados eram considerados os colonizados mais importantes, uma vez que sua exploração gerava a maior parte da economia dos colonizadores, os dominantes passaram então a se chamar de “brancos” (QUIJANO, 2005).

Os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e conseqüentemente também seus traços fenotípicos [...] Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005, p. 108).

Adiante, se desenvolveu uma nova estrutura de controle de trabalho, um novo sistema econômico: o capitalismo, que rapidamente se desenvolveu e atingiu patamar mundial. A Europa, então, deixa o sistema imperialista para entrar no capitalista. Prontamente, as identidades raciais foram associadas à divisão do trabalho no novo sistema econômico que se instaurava e acontece “uma sistemática divisão racial do trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 108). Os brancos continuaram no poder sendo a classe dominante que explorava da força de trabalho e escravizava os negros, gerando assim uma riqueza polonizada. Assim, “uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (QUIJANO, 2005, p. 109).

Com a colonização da América ainda acontecendo e a Europa no seu novo sistema econômico, com o continente como sua sede central e completo controle do

mercado mundial, pode ter seu desenvolvimento tão acelerado e a posse das rédeas do capitalismo através do tráfico comercial de produtos da América, incluindo do Brasil. Os países colonizados do novo mundo eram extorquidos para: produzir, concentrar e aumentar a riqueza dos brancos europeus capitalistas. Na Europa, já com o capitalismo instaurado, passou a existir trabalho assalariado. Enquanto isso, os países colonizados ainda estavam trabalhando de forma explorada e escravizada.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 110).

A Europa conquistou a condição de centro do capitalismo mundial, tendo todo o poder e controle do mercado do mundo, colonizando posteriormente além da América, a África, Ásia e Oceania. Tendo assim, domínio colonial por todo o mundo. Com isso, eles “concluíram que eram naturalmente (isto é, racialmente) superiores a todos os demais, já que tinham conquistado a todos e lhes tinham imposto seu domínio” (QUIJANO, 2005, p. 116). No entanto, o continente europeu apenas conseguiu conquistar e produzir tanta riqueza e poder, a ponto de se tornar o “maior e melhor”, porque extorquiu e traficou as riquezas dos países colonizados, usando da exploração dos índios e negros escravizados. A riqueza não lhes pertencia, porém, foi roubada.

Posteriormente, com a formação dos Estados-Nações, a intenção dos colonizadores era conseguir exterminar e/ou excluir grande parte dos primitivos/índios/negros dos espaços colonizados, e assim, criar Estados espelhados na nação europeia, com suas populações majoritariamente brancas e com o controle das novas nações apenas nas mãos dos brancos. No Brasil, isso não foi possível, pois o país tinha a população majoritariamente de negros e índios, apesar da colonização europeia (QUIJANO, 2005).

Em se tratando apenas do Brasil agora, o país quando fez a passagem do sistema colonialista para o sistema imperialista, como ainda existia a grande

presença de povos primitivos e negros escravizados, teve o racismo e o escravismo remanejado de um sistema para o outro. As metrópoles imperialistas enxergavam os antigos povos colonizados ainda como inferiores, considerando um atraso e afirmando que as áreas coloniais e habitadas pelos povos indolentes eram incapazes de se desenvolver e se elevar a nível dos países “brancos” (MOURA, 2014).

Quando a era do capitalismo finalmente chega ao Brasil, mesmo com o país se transformando em uma república e tendo ocorrido a abolição da escravatura, essa herança colonialista, escravista e racista acompanhava a realidade brasileira. É nesse sentido que Lamamoto (2010) nos diz que o Brasil foi um país em que seu desenvolvimento econômico e social aconteceu de forma desigual e que o novo surgiu pela mediação do passado. Durante um longo período, o Brasil seguiu uma linha tênue de sistemas econômicos dependentes que comandavam “pelo alto” e que nada se importavam com os que estavam “por baixo”. Quando o capitalismo assumiu, infelizmente isso não mudou. A herança do passado continua se fazendo presente, tendo até os dias de hoje o racismo impregnado em nossa sociedade e diretamente conectado às expressões da “questão social”.

Almeida (2018) aborda três concepções diferentes de racismo; o individualista, o institucional e o estrutural. Na concepção individualista:

O racismo, segundo esta visão, é concebido como uma espécie de “patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; [...] Sob este ângulo, *não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo* (ALMEIDA, 2018, p. 28, grifo do autor).

Na concepção institucional:

Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça (ALMEIDA, 2018, p. 29, grifo do autor).

E a concepção estrutural, que de acordo com ela:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção* (ALMEIDA, 2018, p. 38, grifo do autor).

Ainda de acordo com Almeida (2018), ele expõe que como advogado e professor negro, passou a observar em seu trabalho a quantidade de pessoas

negras que trabalhavam no mesmo local e qual função tinham. Em muitas das vezes ele era um dos únicos, senão o único, na condição de advogado e professor. No entanto, essa concepção se alterava totalmente quando, no mesmo local, olhava para os trabalhadores da segurança e da limpeza: “a maioria negros e negras como eu, todos uniformizados, provavelmente mal remunerados, quase imperceptíveis aos que não foram ‘despertados’ para as questões raciais como eu fora” (ALMEIDA, 2018, p. 47).

Almeida (2018) confirma que a desigualdade racial e o racismo estão presentes sim no mercado de trabalho e nas sociedades capitalistas atuais. Mais uma vez, o autor exemplifica, expondo sobre os tipos de cargos que são normalmente em sua maioria compostos por pessoas brancas, como médicos, advogados e engenheiros. Obviamente existem pessoas negras com essas funções, no entanto, a credibilidade não é a mesma. Ele ainda continua expondo, dizendo sobre cargos que, ao contrário, são majoritariamente compostos por negros e são em sua maioria inferiores e em situações mais precárias e mal pagas. Além disso, ainda aborda sobre a diferença salarial entre duas pessoas que ocupam o mesmo cargo e possuem exatamente a mesma função, tendo como divergência apenas a cor da pele e, por isso, salários diferentes. Isto é, os negros recebendo menos. O autor afirma que é algo que está na estrutura da sociedade e do capitalismo, justificando o fato do número de negros desempregados ser maior do que o dos brancos (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018) acredita que o racismo está nas estruturas do nosso país e sociedade, sendo uma herança do período de escravidão e de colonização.

“O que nos leva – ainda que negros e brancos não-racistas – a ‘normalizar’ que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas?” (ALMEIDA, 2018, p. 49).

2.4- EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL

Sabemos que as expressões da “questão social” de um país podem ser múltiplas, entretanto, no que diz respeito ao Brasil, focaremos em algumas específicas. Discorreremos aqui sobre o desemprego, a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social e racial no país. Acreditamos que todas essas expressões estão conectadas e justificam umas às outras.

Pastorini (2004), abordando sobre a “questão social” na América Latina, conta que as manifestações mais evidentes são o desemprego crescente e o aumento da miséria e das desigualdades sociais. Antes dos anos 1930, a “questão social” era tratada no Brasil como caso de polícia e caridade. Após essa mesma década, deixa de ser tratada como tal e é institucionalizada pelo Estado, passando a ser caso de política. A autora completa dizendo que,

os problemas da sociedade capitalista, tais como pobreza, desemprego, falta de regulação da força de trabalho, educação básica etc., passam a ser inseridos na arena política, tornando-se problemas da sociedade que requerem uma resposta por parte do Estado (PASTORINI, 2004, p. 93).

De acordo com o IBGE (2019), o combate às desigualdades sociais na sociedade brasileira tem sido estudado por formuladores de políticas públicas, no intuito de criar e executar medidas para reduzi-las. No entanto, o IBGE (2019) aponta que entre as formas de desigualdade social existentes no Brasil,

a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena (IBGE, 2019, p. 1).

Pereira (2007), em sua pesquisa, faz associação do termo exclusão social com a pobreza e o desemprego. Ela entende como excluídos aqueles que não se incluem no mercado de trabalho e conseqüentemente vivem na extrema pobreza. No Brasil, entre os anos de 1950 e 1970, o fenômeno da pobreza era referido como marginalidade e, apenas na década de 1990, tal noção de marginalidade é passada para trás e trocada pela maioria dos autores pela expressão exclusão social.

Sobre a pobreza, nesse trabalho, acreditamos que “ser pobre é ter sua humanidade ameaçada, seja pela impossibilidade de satisfação de necessidades básicas, seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios para satisfação de tais necessidades” (PEREIRA, 2007, p. 62).

No Brasil, a partir dos anos 1990, a condição de pobreza, exclusão e desigualdade social vem aumentando continuamente (YAZBEK, 2001). A autora apresenta dados do IBGE – Indicadores Sociais 1999 – e relata que “um rico ganha o mesmo que 50 pobres; 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país e os 50% mais pobres ficam com 13,5%” (YAZBEK, 2001, p. 34). Atualmente, de acordo com dados também apresentados pelo IBGE do ano de 2019, 24,7% da população brasileira é considerada pobre e 6,5% considerada extremamente pobre.

Além disso, em se tratando da distribuição de renda entre os habitantes do país, os dados também mostram que o Brasil, em 2019, era considerado o nono país mais desigual do mundo.

A pobreza é face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. [...] Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação de vida social (YAZBEK, 2001, 35).

A pobreza como expressão da “questão social” está claramente conectada ao desemprego crescente na nossa sociedade. Pereira (2001) aborda o desemprego estrutural como uma das expressões da “questão social” presente na contemporaneidade, justificando que a configuração do capitalismo na era contemporânea não tem a intenção de empregar grande parte da sociedade disponível. Atualmente no Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2021, o nível de desemprego no país se encontra em 14,7% da população.

Santos (2008), apesar de fazer uma crítica a respeito da dificuldade de encontrar bibliografias que tratem das particularidades da “questão social” no Brasil, também aborda em sua tese o desemprego como expressão central da “questão social” no país. Ela procura analisar as características dessa expressão e constata “a flexibilidade estrutural e a precariedade das ocupações como características históricas do regime de trabalho no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 202). Isto é, a flexibilização e a precariedade do trabalho no país estão relacionadas ao processo histórico do mesmo ao longo da formação do nosso mercado de trabalho (SANTOS, 2012).

Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade... Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (SANTOS, 2012, p. 434).

A flexibilidade do trabalho no Brasil afeta principalmente os trabalhadores com baixa escolaridade que, normalmente, estão inseridos em trabalhos informais e com baixos salários, além de estarem sempre em rotatividade. Por terem uma escolaridade limitada, o nível do salário dessas pessoas é sempre baixo e o emprego sempre tem tempo limitado. A rotatividade dessas pessoas é grande devido ao fato de empresas e outros meios empregatícios não manterem vínculos longos com seus empregados. Vínculos extensos levam à maior responsabilidade

com a pessoa empregada e normalmente em aumento de salário (SANTOS, 2008). Essa flexibilização e rotatividade causa cada vez mais o aumento do desemprego e a exclusão social do indivíduo.

A elevada disponibilidade de mão-de-obra, resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somada ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social foram instituídos de modo seletivo, fizeram da informalidade e do desemprego realidades que se reproduzem de longa data no país (SANTOS, 2008, p. 161).

A principal dificuldade reside em que as constantes mudanças de emprego dificultam a sindicalização e, por consequência, a identificação/reconhecimento do trabalhador para com o seu sindicato, impactando na sua representatividade, que tende a concentrar-se naqueles trabalhadores menos sujeitos à rotatividade (núcleo estável de empregados com maior qualificação em cada empresa) e, por consequência, com melhor nível salarial (SANTOS, 2008, p. 163).

De acordo com o IBGE (2019), o Brasil é composto majoritariamente por pessoas que se autodeclararam negras e pardas, condizendo a 55,8% da população. No que diz respeito à força de trabalho no país, as pessoas negras e pardas também são maioria, compondo 54,9% do mercado de trabalho. No entanto, quando analisados os dados de pessoas desempregadas e subempregadas, os negros e pardos ocupam cerca de 66%. Ainda, das pessoas negras e pardas que estão inseridas no mercado de trabalho, 47,3% delas estão de maneira informal, enquanto as pessoas autodeclaradas brancas, que também estão inseridas no mercado de trabalho, apenas 34,6% delas estão de maneira informal. “O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes” (IBGE, 2019, p. 3).

Ainda, de acordo com o IBGE (2019), em 2018 o rendimento médio das pessoas negras e pardas ocupadas chegou a R\$10,01 por hora, enquanto o das pessoas brancas, chegou a R\$17,00 a hora. Isto é, as pessoas brancas ganham em média 45% a mais que as pessoas negras e pardas. “Em relação ao nível de instrução, as pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda receberam rendimentos por hora trabalhada inferiores aos das pessoas brancas, independentemente do nível considerado” (IBGE, 2019, p. 4).

E, em se tratando de cargos altos e gerenciais, em 2018 eles eram majoritariamente compostos por pessoas brancas, com a proporção sendo de 68,6% de brancos contra 29,9% de negros e pardos, ainda contendo diferença salarial. No mesmo ano, o grupo de pessoas negras e pardas representou apenas 27,7% dos

10% de pessoas com maiores rendimentos. Entretanto, no que diz respeito aos 10% com menores rendimentos, os negros e pardos representaram 75,2% das pessoas. Também, na comparação do rendimento médio domiciliar per capita entre esses dois grupos, a diferença foi grande. A população branca superou quase que o dobro a população negra e parda (IBGE, 2019).

Com relação ao conceito de exclusão social, trouxemos a fala de Yazbek (2001, p. 34), onde diz que “trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída”. Já de acordo com Escorel (1999, p. 18, apud PEREIRA, 2007, p. 55), a condição de exclusão social é definida “como a daquele que está ‘sem lugar no mundo’, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento”.

O termo exclusão social pode ser considerado contraditório de acordo com o ponto de vista ao qual é interpretado. Ao dizer que os indivíduos são excluídos, estamos de acordo com as autoras citadas acima. São indivíduos excluídos do mercado de trabalho, do pertencimento como ser digno na sociedade e das condições normais e aceitáveis de vida. No entanto, de certa forma, são inclusos ao modo de produção do capital, uma vez que são necessários dentro do processo de acumulação. Ou seja, o sistema que inclui é o mesmo que exclui.

Esses indivíduos considerados excluídos da sociedade do trabalho, privados de terem o mínimo da dignidade de um cidadão, muitas vezes não são vistos por aqueles considerados inclusos com qualquer fração de humanidade (PEREIRA, 2007). Ou seja, aqueles que são considerados dignos e inseridos nessa sociedade do trabalho não reconhecem os excluídos como seus semelhantes humanamente, e sim, como inferiores a eles.

Como vimos, a partir dos dados do IBGE (2019) apresentados e relatados acima, existe uma enorme diferença social entre o grupo de pessoas brancas e o grupo de pessoas negras e pardas. Podemos até dizer, a partir da análise das desigualdades sociais citadas entre esses dois grupos raciais, que as pessoas negras e pardas compõem, em maioria, o grupo daqueles indivíduos que são considerados excluídos da sociedade e do mercado de trabalho.

Contudo, a partir do que foi dito até o momento neste capítulo, poderemos reinserir o debate da população em situação de rua em nosso trabalho novamente.

A PSR, igualmente como as anteriormente citadas, é uma das expressões da “questão social” fortemente presente em nosso país. Assim como foi falado no primeiro capítulo, reafirmamos que não se pode generalizar os motivos pelos quais as pessoas se encontram em situação de rua. No entanto, podemos afirmar que as expressões: desemprego, pobreza, desigualdade social e racial e exclusão social, são alguns dos principais motivos.

A “questão social” é o elemento central da ação profissional dos assistentes sociais (YAZBEK, 2001). Todavia, é através das políticas públicas e sociais criadas e oferecidas pelo Estado que os profissionais executam e consolidam suas funções, com a finalidade de atender às expressões da “questão social” existentes na sociedade. Assim, dando continuidade, no capítulo seguinte abordaremos sobre a instituição CREAS e os serviços que são oferecidos à população em situação de rua através dela, trazendo a vivência e apresentando relatos a partir do período de estágio obrigatório realizado no CREAS Mariana-MG.

CAPÍTULO 3: O CREAS MARIANA-MG E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE

Neste capítulo abordaremos brevemente sobre a política pública de assistência social garantida por parte do Estado, sobre a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e sobre os serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Daremos ênfase ao CREAS de Mariana-MG e aos serviços ofertados pela instituição à população em situação de rua da cidade que é atendida pela mesma. No final, traremos relatos da experiência de estágio realizado na instituição supracitada e algumas percepções e questionamentos a respeito das políticas sociais oferecidas a essa população.

3.1- O CREAS E A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

De acordo com Silva (2019, p. 48), é apenas a partir da Constituição Federal de 1988 “que a Assistência Social foi reconhecida como direito de todo cidadão e responsabilidade do Estado, institucionalizada como política pública protetiva vinculada às políticas de Saúde e Previdência Social.” Pereira (2007, p. 64) aborda que, antes de se tornar direito, predominava o chamado assistencialismo, “isto é, o uso distorcido e perverso da assistência – ou a desassistência, como prefiro chamar –, porque a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constituía o alvo dessas ações ditas assistenciais”.

A Assistência Social atualmente é uma política pública oferecida pelo Estado e um direito de todos os cidadãos que dela precisam. A política de assistência social tem como objetivo a garantia da proteção social a indivíduos e famílias, em busca de assegurar aos mesmos o acesso aos direitos mínimos sociais previstos pela Constituição Federal e, ao enfrentamento de dificuldades existentes. Essa garantia de proteção social e acesso aos direitos mínimos sociais é feita por meio de serviços, benefícios, projetos e programas (BRASIL, 2019).

No artigo 6º da Constituição Federal está previsto que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

De acordo com o Ministério da Cidadania, a política de assistência social é organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, que

foi criado a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu no fim de 2003 e, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), “teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica (NOB/Suas)” (BRASIL, 2019). Sendo assim, o SUAS foi criado no intuito de ser um sistema que organize e projeta os serviços de assistência social no país.

Na qualidade de política pública, a Assistência Social ocupa um espaço institucional próprio: uma Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004. Na PNAS está previsto e definido, pela primeira vez na história da assistência, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em atenção a uma recomendação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em 2003 (PEREIRA, 2007, p. 68).

No que diz respeito à proteção social como função da política pública de assistência social, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), essa proteção

consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p. 90).

Ainda segundo a NOB/SUAS, a proteção social é dividida em duas, sendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). De acordo com o GESUAS (2017), essa divisão acontece no intuito de melhorar a oferta dos serviços de atendimento da assistência social, de acordo com as demandas da população brasileira. A PSB tem como objetivo a *prevenção* de situações de riscos sociais e vulnerabilidades, buscando promover um maior desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; esse tipo de proteção atua para que não ocorra a violação dos direitos sociais. A PSE opera em conjunturas onde os indivíduos e/ou famílias já se encontram em situação de risco e a violação dos direitos sociais já aconteceu; como por exemplo em “ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2005, p. 37).

A PSE também é dividida em duas: média complexidade e alta complexidade. Os serviços considerados de média complexidade são aqueles que atendem a famílias e indivíduos cujo direitos sociais já foram violados, porém, ainda não tiveram os vínculos familiares e comunitários completamente rompidos; pode-se dizer que é

um tipo de proteção parcial. Já os serviços considerados de alta complexidade são aqueles que necessitam da proteção integral, como “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (BRASIL, 2005, p. 38). Além disso, “os serviços de proteção especial têm estrita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e ações do Poder Executivo (SILVA, 2019, p. 49).

Aqui em nosso trabalho daremos mais atenção à Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC), pois é nela que se enquadra os atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). É através desse órgão que são ofertados os serviços da PSE/MC. O CREAS é uma unidade pública de assistência social que atende indivíduos e famílias que estão em situações de risco, violações de direitos e/ou tipos de violências. Como exemplo: abandono; negligência; violência física, psicológica, sexual e/ou financeira; diferentes tipos de discriminação; pessoas em situação de rua; entre outros.

Sendo assim, os serviços ofertados pelo CREAS são: **a)** Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); **b)** Serviço Especializado em Abordagem Social; **c)** Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); **d)** Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; **e)** Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (GESUAS, 2017).

O antigo Ministério do Desenvolvimento Social³ (MDS) criou em 2011 um documento chamado “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)” com o intuito de “apresentar um conjunto de orientações e informações sobre a gestão, a organização e o funcionamento dos CREAS” (BRASIL, 2011, p. 8). Nesse documento são contidas informações sobre os eixos norteadores do trabalho social na instituição, assim como várias outras coisas. O antigo MDS abordava que a oferta de serviços especializados pelo órgão deve se orientar pela garantia de segurança socioassistenciais. São elas: a segurança de

³ O Ministério do Desenvolvimento Social foi criado em janeiro de 2004 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em janeiro de 2019, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social e criou o Ministério da Cidadania, resultante da união de três antigos Ministérios: Ministério do Esporte, Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Social.

acolhida; segurança de convívio ou vivência familiar; segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia.

Um dos eixos norteadores do trabalho social no CREAS, constatado no documento desenvolvido pelo ainda MDS em 2011, é a atenção especializada e a qualificação do atendimento. A atenção especializada e qualificação no atendimento diz respeito ao fato dos casos atendidos e acompanhados pela instituição serem mais sérios e complexos, exigindo dos profissionais conhecimentos e habilidades técnicas mais específicas, assim como instrumentos técnicos e operativos, bases teórico-metodológicas e ético-políticas. Os atendimentos especializados realizados pelo CREAS podem ser tanto individuais quanto em grupo/familiar e, é papel da equipe de profissionais reconhecer a demanda singular de cada indivíduo/família, para que assim, possa dar atenção específica e necessária para cada caso. Os profissionais devem ter postura acolhedora pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos, assim como a escuta qualificada em relação às situações relatadas, para que possam desenvolver vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e os profissionais da equipe (BRASIL, 2011).

Os CREAS são de abrangência municipal ou regional, “quando organizados no âmbito regional, além do município sede, eles garantem cobertura de atendimento a um grupo de municípios próximos” (SILVA, 2011, p. 50). No que diz respeito a equipe de profissionais que compõe a entidade CREAS, de acordo com o documento desenvolvido pelo ainda MDS em 2011, ela é definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e composta de acordo com o porte e demanda do município. No entanto, na equipe deverá constar obrigatoriamente no mínimo:

- 1 Coordenador (a);
- 1 Assistente Social;
- 1 Psicólogo (a);
- 1 Advogado (a);
- 2 Profissionais de nível superior ou médio;
- 1 Auxiliar administrativo.

No entanto, após o Golpe de Estado de 2016, mudanças e retrocessos aconteceram no cenário da política pública de assistência social. As conquistas contidas na Constituição Federal de 1988 passaram por um processo de desmonte,

assim como o SUAS e as demais políticas sociais, que sofreram grande retrocesso em seus recursos financeiros com a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, que previa o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Em julho de 2017, através da Resolução nº 12/2017, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Proposta Orçamentária da Assistência Social para 2018 no valor de R\$ 59 bilhões, entretanto, o limite determinado pelo Ministério do Planejamento foi de apenas R\$ 900 milhões para toda a rede de serviços e programas da área. Ainda, o Governo Temer fez cortes às famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), acabou com os programas de Farmácia Popular e Ciências Sem Fronteiras, extinguiu o Ministério da Previdência Social e aprovou a Reforma Trabalhista, trazendo perdas das proteções previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), precarizando ainda mais as relações de trabalho (DUARTE; OLIVEIRA, 2018).

O SUAS se encontra presente em todos os municípios e desde sua implantação vem garantindo as seguranças sociais de acolhida, convívio familiar, de sobrevivência a riscos circunstanciais, desenvolvimento de autonomia individual e segurança de renda às pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em situação de abandono (idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, mulheres, crianças, comunidades tradicionais, dentre outros) em territórios urbanos e rurais, tenham seus direitos assegurados. É um sistema complexo, constituído de benefícios de transferência de renda e serviços socioassistenciais públicos, financiados por recursos orçamentários dos três entes federativos (DUARTE; OLIVEIRA, p.11 2018).

Nesse contexto de desmontes, retrocessos e congelamento dos gastos públicos, afetando diretamente o SUAS, a assistência social e a seguridade social, que os Assistentes Sociais se deparam com recursos mínimos e restritos para a realização de sua intervenção profissional. Consequentemente, com todos os cortes, a demanda social e a procura pela política de assistência social se tornou crescente, no entanto, os recursos para a realização do trabalho profissional não são suficientes para atender o público que dele necessita.

3.2- O CREAS MARIANA-MG E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE – RELATOS DE ESTÁGIO

De acordo com Silva (2019) o CREAS foi implantado em Mariana-MG no dia 24 de março de 2009, tendo sua localização no centro da cidade. Ele ainda relata que houve dificuldades em encontrar informações sobre a instituição citada, abordando a falta de documentações e arquivos sobre o órgão e a dificuldade de

registros nos equipamentos de assistência social da cidade. Até o ano de 2019 o CREAS da cidade atendia ao público de idosos; portadores de necessidades especiais; mulheres; crianças; adolescentes; e pessoas em situação de rua.

No fim do primeiro semestre do ano de 2019 foi implantado na cidade o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), passando do CREAS para o Centro POP o atendimento às pessoas em situação de rua da cidade de Mariana-MG. No entanto, nesta parte do trabalho falaremos do período de estágio realizado no CREAS Mariana-MG no último semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019, tendo contato direto com a PSR da cidade que era atendida pela instituição.

Durante esse período em que o estágio foi realizado a equipe de profissionais do CREAS Mariana-MG era composta por:

- 1 Coordenadora;
- 4 Assistentes Sociais;
- 4 Psicólogos (as);
- 1 Advogada;
- 1 Auxiliar Administrativa.

Sendo assim, um dos serviços ofertados pela instituição CREAS Mariana-MG antes da implementação do Centro POP na cidade era o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, disponibilizado pelo SUAS, que também é considerado um serviço de proteção social especial de média complexidade. Tal serviço deve oferecer atendimentos individuais e/ou de grupo com as pessoas que se encontram em situação de rua, planejar e oferecer oficinas e atividades de convívio e socialização, no intuito de fortalecer vínculos interpessoais e familiares que ajudem na construção de novos projetos e novas trajetórias de vida (BRASIL, 2015). De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (BRASIL, 2005).

No Decreto N° 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), consta em seu artigo 7° inciso I que são objetivos da PNPR “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde,

educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (BRASIL, 2009).

A unidade que atende ao público da população em situação de rua, seja CREAS ou Centro POP, deve funcionar também como um ponto de apoio para essas pessoas e deve promover e oferecer o acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação civil (GESUAS, 2018). As pessoas que se encontram em situação de rua podem chegar até a instituição para serem atendidas e se tornarem usuárias do serviço de três formas diferentes: **a)** através da demanda espontânea, na qual os mesmos procuram a instituição; **b)** através do serviço especializado de abordagem social, onde acontece uma busca ativa; **c)** através do encaminhamento de outro órgão, que recebem ou são procurados com a demanda de população em situação de rua e encaminham para a instituição que oferece os serviços a essa população.

O trabalho social realizado com essa população através dos serviços ofertados deve oferecer uma acolhida em condições de dignidade, proporcionar que a identidade e integridade dos usuários sejam preservadas, que tenham acesso a alimentação e acesso a documentação civil, que sejam informados sobre seus direitos e como acessá-los, que tenham acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais, que possam construir projetos pessoais e sociais para alcançarem autonomia e condição de bem estar, entre outras coisas.

Cabia aos profissionais do CREAS Mariana-MG, incluindo os assistentes sociais, oferecer a essa população uma acolhida e acompanhamento especializado, visando reintegrar e reparar/minimizar os danos ocorridos pela vivência de violências e violação de seus direitos. Também, procurava melhorar e prevenir o agravamento dos riscos sociais e pessoais a qual a PSR da cidade já estava inserida. Ofereciam para aqueles que dessa vontade possuíam, a construção do processo de saída da rua, por meio de articulação entre as redes socioassistenciais e solicitações de benefícios. E ainda, encaminhamento e acompanhamento a outro órgão, se necessário, como por exemplo ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em Mariana-MG, o local em que era instalado o CREAS até o ano de 2019, e onde atualmente é o Centro POP, é um local que possui e são disponibilizados espaços para o atendimento individual e/ou de grupo; para a realização de atividades de lazer; oficinas de artesanato; local para o suprimento das necessidades pessoais e higiene pessoal. Os usuários tinham uma rotina dentro da

instituição, com acesso a alimentação três vezes ao dia, sendo o café da manhã, almoço e café da tarde, em um mesmo horário todos os dias. Essas refeições eram realizadas dentro do próprio espaço institucional. Em relação a higiene pessoal, os usuários também tinham acesso a banheiros e chuveiros, sendo fornecidos a eles itens para a realização da mesma. Além disso, tinham também espaço para lavarem suas roupas e colocarem para secar.

Na instituição acontecia uma vez por semana o “dia de cinema”, onde era disponibilizada uma televisão e alguns filmes para que a PSR escolhesse e assistisse em conjunto. Acontecia também uma vez por semana a disponibilização de jogos de tabuleiro para que eles se integrassem, divertissem e distraíssem. Além disso, aconteciam oficinas de artesanato, na qual presenciamos uma de produção de bijuterias e outra de produção de chinelos personalizados com pedrarias. Eram atividades que normalmente alguns dos usuários sabiam fazer e se disponibilizavam para ensinar aos outros durante essas oficinas. A instituição fornecia os materiais e incentivava o trabalho.

Durante o período de estágio, a assistente social que me supervisionava, realizou dinâmicas e rodas de conversas com a PSR no intuito de criar um espaço momentâneo, no qual essa população se sentisse à vontade para falar e conversar sobre sua vida pessoal, sobre sua vida antes da situação de rua e sobre os diferentes motivos que os levaram à situação que se encontravam. Ouvimos diferentes relatos, divergentes histórias e motivos variados. No entanto, os motivos que mais prevaleceram e se repetiram foram o desemprego e a pobreza, conseqüentemente acarretando na maioria dos casos na fragilidade ou rompimento de vínculos familiares.

Um usuário relatou que deixou sua casa e sua família, no Nordeste, porque estava desempregado e sem condições financeiras para manter o sustento familiar, com a intenção de encontrar melhores situações em outro estado, conseguir novamente um emprego e assim poder ter sua família perto outra vez. Porém, até aquele momento não havia encontrado uma melhor circunstância e por esse motivo estava na rua. Outros relataram que também estavam desempregados, não encontravam oportunidades de emprego e ficavam na rua fazendo trabalhos informais e/ou pedindo por ajuda. Entretanto, a maioria relatou que não gostava dessa situação e apenas faziam por necessidade. Nos relataram que não gostavam

porque se sentiam mal com a reação das pessoas, que muitas vezes demonstravam medo, os tratavam mal, ou simplesmente ignoravam a presença deles no ambiente.

Regularmente, em média, 20 usuários compareciam à instituição para ter acesso aos serviços ofertados. Desses 20 que frequentavam regularmente, apenas 01 era mulher. Também desses 20, apenas 01 dessas pessoas era branca. Isto é, o público da PSR que frequentava o CREAS Mariana-MG era majoritariamente de pessoas que se autodeclaravam negras e pardas.

A vida na rua sempre esteve presente nas cidades, desde o mundo antigo à contemporaneidade, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos e culturais. A existência da população de rua possui ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e, concomitantemente, com o desenvolvimento do capitalismo. Tal condição de existência guarda marcas de profundas desigualdades (PEREIRA, 2007, p. 67).

O histórico de políticas e leis com o foco na garantia de direitos para a população em situação de rua foi sendo construído aos poucos e deu início com a implementação da Constituição Federal de 1988, que assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza, assim como assegura os direitos sociais, conforme citamos anteriormente. Foi também com a Constituição que a assistência social passou a ser reconhecida como direito de todo cidadão e dever do Estado. Em 1993 aconteceu o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. No mesmo ano, foi aprovada a Lei Federal Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e em 2005 foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ainda em 2005, é lançado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Na sequência, a população em situação de rua foi convidada pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Foi então, nesse encontro, que foi construído o esboço da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). Para a criação dessa Política Nacional, o antigo MDS realizou a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, colhendo dados entre os anos de 2007 e 2008. No ano de 2009 aconteceu o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua e, ainda, a PNPR foi instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASÍLIA, 2013).

Ainda, em 2009 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Nesta Tipificação está previsto alguns dos serviços ofertados à PSR, como o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para População em Situação de Rua. Em 2010, o MDS criou a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, estabelecendo o cofinanciamento federal dos Centros POP. Ainda em 2010, o MDS criou o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua e a Cartilha: Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em 2011 e 2012, o Sistema Único de Saúde (SUS) também criou serviços específicos para atender à PSR, como a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011 e a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012. Em 2013, o CNAS aprovou a Resolução nº 09, de 18 de abril de 2013, que diz respeito à expansão dos Serviços Socioassistenciais de PSE para o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para População em Situação de Rua (BRASÍLIA, 2013).

Todas as políticas, leis e acontecimentos citados acima são de grande relevância na história da assistência social e da população em situação de rua, demarcando avanços reais. Entretanto, precisamos destacar a importância da atuação dos(as) assistentes sociais dentro de seus campos ocupacionais, como por exemplo, no CREAS. No que diz respeito ao atendimento recebido pela PSR na instituição de Mariana-MG, assistente social e psicólogo trabalhavam em conjunto para melhor atender as demandas de todos os usuários.

Contudo, o estágio, como uma disciplina que compõe a formação em serviço social, foi realizado no âmbito da assistência social com supervisão e acompanhamento de campo de um profissional – Assistente Social. Dito isso, podemos falar com mais propriedade sobre o trabalho da assistente social no CREAS Mariana-MG em acompanhamento com a PSR da cidade. De acordo com o que a instituição demandava e oferecia, o que era de alcance da profissional – e que vimos acontecer –, através das políticas públicas e sociais existentes, era: instruir os usuários a respeito de seus direitos e acesso aos mesmos; promover a inclusão deles em um sistema de garantias de direitos; solicitar benefícios de transferência de renda, para auxiliar a saída da rua; acompanhar semanalmente os casos que eram atendidos em conjunto pela instituição e pelo CAPS, havendo reuniões entre os profissionais de ambas instituições para melhor atender aos usuários; e

encaminhamento, quando necessário, para outro órgão institucional da rede socioassistencial.

Ainda, como relatado anteriormente, a assistente social preparava e realizava dinâmicas com a PSR para oferecer um espaço de escuta e criar uma relação de vínculo e confiança dos usuários com ela – como profissional – e com a instituição. A finalidade, através do oferecido pelo CREAS Mariana-MG, pelas políticas públicas e sociais, e pelo trabalho dos profissionais era que, de certa forma, a PSR pudesse voltar aos poucos a desenvolver um sentimento de pertencimento à sociedade e a “vida normal”.

Acompanhar de perto o trabalho realizado por uma assistente social dentro de uma instituição que atende ao público da população em situação de rua causou certas inquietações e alguns questionamentos. Foi possível notar, que apesar da profissional realizar sua função e exercer o seu dever como assistente social, existem certos limites e contradições dentro da rede pública de atendimentos socioassistenciais que, em alguns momentos, inviabilizam o trabalho dos profissionais. Além, de contraditoriamente, desamparar – ou não amparar – aqueles que necessitam.

Presenciamos diferentes situações, na qual relataremos abaixo como forma de exemplificar algumas das limitações e contradições percebidas dentro da rede, além de falhas nas políticas sociais, que não conseguem oferecer completamente o que é previsto.

Em uma primeira situação, presenciamos casos de alguns usuários que desejavam sair da rua e solicitavam o encaminhamento para um abrigo. Os profissionais então, preparavam o processo de encaminhamento e solicitavam vagas para estes usuários, no entanto, os abrigos estavam sempre cheios e nunca possuía vagas disponíveis. Em outra situação, vimos usuários que solicitavam outras maneiras de saída da rua, relatando que já haviam passado pela experiência de viver em um abrigo e que não queriam voltar. Contavam que se sentiam aprisionados e não possuíam liberdade dentro da instituição. E, em uma terceira situação presenciada, um usuário, que era dependente químico, pedia pela internação em uma clínica de reabilitação. Ele relatava possuir família na cidade, porém, que estavam com vínculos extremamente fragilizados e que não tinham condições financeiras de interná-lo em uma clínica particular. Por isso, solicitava o

encaminhamento através da instituição para uma clínica pública. No entanto, nas clínicas mais próximas, também não havia vagas.

Era perceptível a frustração dos profissionais quando se deparavam com situações como as citadas acima, uma vez que eles faziam a ponte de acesso entre os usuários da instituição e as demais políticas públicas e sociais oferecidas pelo governo. Contraditoriamente, se deparavam constantemente com a limitação e o mau funcionamento daquilo que deveria acolher e atender aos que necessitam. Isto é, apesar da existência de políticas sociais e de redes institucionais públicas que atendam a população em situação de rua, existem muitas limitações e falhas ao tentar acessá-las.

Como abordamos no primeiro capítulo, a ausência de dados concretos e a inexistência de uma contagem oficial da população em situação de rua por parte do Estado brasileiro traz vários aspectos negativos para o problema. Principalmente, na efetivação de políticas públicas e sociais já existentes e, também, na criação de novas que possam melhor atender a esse público.

Entretanto, como é possível criar políticas sociais direcionadas a um público que ainda não é completamente reconhecido por parte do Estado? Como se cria instituições de acolhimento para uma população que não se sabe o tamanho? Aqueles que chegam primeiro garantem a vaga? E os outros, não possuem o mesmo direito?

Em vista dos aspectos apresentados, podemos dizer que as políticas sociais governamentais além de falhas e limitadas, são também focalizadas. Ou seja, elas não são criadas no intuito de realmente resolver o problema, mas sim, de apenas disfarçá-lo. Portanto, concordamos com Iamamoto (2001) e Pastorini (2004) quando ambas se referem às políticas sociais como políticas focalizadas, uma vez que a função delas não é de fato alcançar a raiz do problema e cortá-lo, mas sim, apenas disfarçá-lo.

Os(as) assistentes sociais, com os meios que possuem, trabalham para conseguir o acesso aos direitos mínimos sociais à população em situação de rua atendida, porém, se deparam com um falho sistema de políticas sociais. Dito isso, afirmamos que o trabalho dos(as) assistentes sociais é de suma importância nas instituições e ao atendimento dessa população, mas, apesar de realizarem suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, muitas vezes são frustrados com as falhas que encontram no caminho.

Contudo, como sabemos, o verdadeiro problema não é algo que apenas políticas públicas e sociais possam resolver. De que adianta criar políticas focalizadas, falhas e limitadas, no intuito de disfarçar as expressões da “questão social” presentes em nossa sociedade, enquanto aquele que as produzem continua intacto?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todas as pessoas são iguais perante a lei em nosso país. No entanto, a população em situação de rua no Brasil vive constantemente com seus direitos mínimos sociais sendo violados. São consideradas violações: a inexistência de moradia; o desemprego; a fome; o frio; a violência física e moral; o preconceito; a ausência de renda; a falta de acesso à educação, saúde, alimentação, segurança, trabalho e assistência social; entre outros. Dito isso, fato é que não se pode generalizar os diversos motivos que levam diferentes pessoas à situação de rua, assim como, não se pode culpabilizar esses indivíduos pela situação em que se encontram.

Nesta pesquisa, apesar de sabermos que a ida para a rua pode ser desencadeada por inúmeras razões, demos ênfase ao desemprego, pobreza, exclusão social e, desigualdade social e racial. São fatores que estão presentes em nossa sociedade desde sua formação sócio-histórica. Fatores, que ganharam vida ainda em nosso passado colonial e se faz presente até os dias atuais.

Ainda, não se pode falar dos problemas acima mencionados sem associá-los ao capitalismo, sistema econômico que teve êxito a partir do momento em que se instaurou nas sociedades ao redor do mundo e, assim, permanecendo. Sistema o qual, se fundamentou na exploração da força de trabalho alheio para construir sua acumulação de capital e riquezas. Sistema que fornecia e ainda fornece as mais precárias condições de trabalho àqueles que apenas possui de sua força de trabalho como meio de conseguir sua subsistência. Sistema que, com o tempo, foi se modernizando e descartando a necessidade de trabalho vivo, formando assim o exército industrial de reserva, aumentando expressivamente o nível de desemprego, de pobreza e da desigualdade social.

A população em situação de rua vivencia grandes problemas diariamente, e, em sua maioria, não são percebidos pelas pessoas que passam por eles todos os dias. Para muitos que se encontram em situação de rua, a percepção que têm em alguns momentos é de que são invisíveis aos olhos da sociedade. O sentimento é de que alguns agem de forma despercebida quando passam diante deles, enquanto outros, entregam olhares de desprezo, medo e preconceito (REIS; RIZZOTTI, 2013).

Todavia, muitos não conseguem ou não querem enxergar a verdadeira problemática por trás de toda circunstância que envolve os indivíduos que se

encontram em situação de rua. Sabemos que a população em situação de rua nada mais é do que uma das expressões da “questão social”. Sabemos também, que é mais uma das consequências que o modo de produção capitalista trouxe para o mundo, permeando até os dias atuais. Infelizmente, problemas como a pobreza, o desemprego, a desigualdade social e racial, e a situação de rua, são normalizadas por grande parte da sociedade e consideradas naturais.

A população em situação de rua passa diariamente por diversos julgamentos. Estes, são consequência da normalização e naturalização que a sociedade assume no que diz respeito aos problemas sociais anteriormente citados. Acontece que, boa parte da sociedade, por naturalizar e muitas vezes culpabilizar o indivíduo que se encontra em situação de rua, esquece ou não sabe, que assim como eles, aquela parcela da população – que se encontra na rua – também é possuidora de direitos. Contraditoriamente, assim como já falado, essa população se encontra diariamente vivenciando diversas formas de violações de seus direitos.

A população em situação de rua se tornou o tema de pesquisa do atual trabalho após a inserção ao campo de estágio e o contato direto e regular com a população em situação de rua da cidade de Mariana-MG. Num primeiro momento, questionamentos e curiosidades foram surgindo, se transformando logo em seguida em interesse e vontade de saber mais a fundo sobre a realidade dessas pessoas. No período de estágio, se fez presente: o interesse em saber as razões que levaram cada um deles até ali; o interesse em saber mais sobre a temática para além de somente o público atendido pelo CREAS Mariana-MG; a curiosidade de entender os diversos fatores que podem ocasionar a ida para a rua; como se dava o atendimento da instituição e dos profissionais; a oferta dos serviços àquelas pessoas; entre outros interesses e questionamentos.

Buscou-se então, durante a realização deste trabalho, procurar respostas para as questões levantadas e entender mais profundamente as raízes do problema. Durante a realização do primeiro capítulo, compreendemos que a população em situação de rua é um fenômeno heterogêneo. E que, apesar de ter em comum a vivência nas ruas, cada indivíduo tem uma história particular e uma razão específica que ocasionou sua ida para a rua. No entanto, como falado anteriormente, apesar dos diversos fatores existentes, os que vimos serem relatados pelos usuários do CREAS Mariana-MG com mais frequência foram o desemprego e a pobreza.

A partir dos relatos, foi desencadeado o interesse em entender melhor como o desemprego, a pobreza e, conseqüentemente, a desigualdade social, fatores tão presentes em nossa sociedade, estão diretamente relacionados a uma considerável parcela da população em situação de rua de nosso país. Dito isso, procuramos compreender mais a fundo como o modo de produção capitalista se instaurou e se desenvolveu ao redor do mundo, tomando enormes proporções e causando a divisão de classes sociais extremamente desiguais. Pontuamos que o propósito do modo de produção capitalista é a acumulação do capital, e que, tal propósito é alcançado a partir da exploração da força de trabalho da classe operária por parte da classe dominante, ou seja, os capitalistas.

Na sequência, com o grande avanço do modo de produção capitalista e a instalação de indústrias e maquinarias descartando grande parte da força de trabalho vivo, acarretando um aumento expansivo do desemprego, da pobreza, da desigualdade social e na formação do exército industrial de reserva, se desenvolve o fenômeno do pauperismo. Após o êxito do avanço tecnológico, da acumulação do capital cada vez maior e polarizada nas mãos de pequenas parcelas das sociedades, da divisão de classes sociais e da desigualdade social em níveis extremos, a classe trabalhadora se reconheceu como classe explorada e pauperizada, surgindo assim, a “questão social”.

No segundo capítulo, abordamos sobre sua gênese e conceituação, explicando que o termo surgiu para dar nome ao fenômeno do pauperismo – originado a partir do grande desenvolvimento industrial capitalista – e ao reconhecimento da classe operária como classe pauperizada. Em seguida, após trazer o Brasil para a discussão e abordar em síntese o contexto sócio-histórico da nossa sociedade, foi possível identificarmos as particularidades brasileiras e as expressões da “questão social” presentes em nossa sociedade. Compreendemos que não se pode generalizar as expressões da “questão social” e afirmar que elas são iguais em todas as nações. Entendemos que cada país tem suas particularidades e, diante disso, fizemos um apanhado sobre o passado histórico brasileiro.

Vimos que antes mesmo do capitalismo ser instaurado em nosso país, a divisão de classes sociais e a desigualdade entre elas já existia aqui. O Brasil, como país de passado colonizado e escravizado, desde sua invasão pelos europeus teve instaurado aqui a ideologia de que existe naturalmente uma classe superior e

dominante, e, outra classe inferior e dominada. Isto é, a existência de uma classe naturalmente “melhor e mais apta” – que se reconhecia como brancos – que se via no direito de comandar uma outra classe “pior e menos apta” – reconhecida como negros e índios.

Quando o capitalismo chega na sociedade brasileira, já se depara com o passado colonialista, escravista e conseqüentemente racista. Chegamos então à conclusão de que a divisão de classes sociais/raciais e a extrema desigualdade entre elas são fatores que existem em nossa história há séculos. Ainda, com a implementação do capitalismo mantendo em vigor tais fatores do passado, outros novos são desenvolvidos. A história do modo de produção capitalista que já havia acontecido em outros países, se repetiu na sociedade brasileira tardiamente. Com o desenvolvimento do mesmo e a implementação de tecnologias aqui, fatores como o desemprego e a pobreza se fizeram cada vez mais presentes, permanecendo fortemente até os dias atuais.

Dito isso, considerando os fatores pobreza, desemprego e desigualdade social, como fatores que ocasionam a ida de muitos para a rua, pudemos compreender melhor o fenômeno da população em situação de rua e parte de suas estruturas. Sem generalizar, compreendemos aqui que uma considerável parcela da população em situação de rua em nosso país é vítima do sistema capitalista brasileiro e mais uma expressão da “questão social” que o modo de produção capitalista ocasionou.

Por fim, durante a realização do estágio no CREAS Mariana-MG e o acompanhamento do trabalho profissional de uma assistente social ao atendimento da população em situação de rua da cidade, foi possível esclarecer alguns dos questionamentos levantados no início da inserção ao campo. No entanto, enquanto alguns questionamentos foram respondidos, outros eventualmente foram surgindo. Foi possível notar que o trabalho do(a) assistente social é de extrema importância na instituição, porém, que o sistema de políticas sociais e garantias de direitos é falho. Apesar dos(as) profissionais realizarem o seu trabalho e tentarem proporcionar a todos os usuários o acesso aos direitos mínimos sociais que são previstos por lei, existem grandes limitações que muitas vezes inviabilizam o seu trabalho e deixam desamparados aqueles que necessitam.

Foi possível notar que as políticas sociais não têm caráter preventivo, e sim, focalizado. Fatores como a pobreza, o desemprego, a desigualdade social, e

consequentemente a população em situação de rua ocasionada pelos mesmos, são problemas que não param de crescer em nosso país, no entanto, aquele que causa tudo isso permanece intacto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 240 p.

BLOG DO GESUAS. **O que é ofertado na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial?**. 2017. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/protecao-social-basica-especial/>> Acesso em: 09 de jul. de 2021.

BLOG DO GESUAS. **Serviço especializado para pessoas em situação de rua**. 2018. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>> Acesso em: 09 de jul. de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional para População em Situação de Rua**. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, vol. 4, n. 1, Porto Alegre, dez. 2005.

DUARTE, Fabiana Giannetti; OLIVEIRA, Maria Cristina de. **O sistema único de assistência social pós-golpe de 2016**. 16º ENPESS, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 175 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **In Temporalis**. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 495 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômica**, n 41. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Painel de indicadores**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>> Acesso em: 12 de jul. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população**. Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <<https://bitly.com/E5abD>> Acesso: em 11 de jun. de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília, 2020.

JUNIOR, Erval de Souza Vieira; SILVA, Carla Isabel de Oliveira Marinho; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de. **Questão social: uma contribuição teórica e conceitual**. 16° ENPESS, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são?: Representação sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia Social**, v.16, n. 2, p. 47 – 58, ago. 2004.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Assistência Social – O que é**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e>> Acesso em 08 de jul. de 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social**; Disponível em: <<https://bitly.com/QZFz2>> Acesso em 08 de jul. de 2021.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Jan. 2014.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. **Cad. Saúde Publ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set. 1993.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **In Temporalis**. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica do serviço social; v. 1).

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, São Paulo, n. 20, p. 68-83, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **In Temporalis**. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

PEREIRA, Viviane Souza. **População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora: UFJF, Juiz de Fora, 2007.

PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 28-44, jan./jun. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005, p. 107 – 130.

REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos**. Banco Mundial, 2002.

REIS, Marina Sato; RIZZOTTI, Maria Luiza. População de Rua, Território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, jul./dez., 2013.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFJR, Rio de Janeiro, 2008.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília (DF), 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>> Acesso em: 10 de jul. de 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálisis**, vol.18, n. 1, Florianópolis, Jan./Jun. 2015.

SILVA, Aline Basso da, et al. Desvelando a cultura, o estigma e a droga enquanto estilo de vida na vivência de pessoas em situação de rua. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 10, p. 3713 – 3721, out. 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995 – 2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2006.

SILVA, Rodrigo da. **Caracterização da população idosa usuária dos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Mariana-Minas Gerais**. 2019. 72 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **In Temporalis**. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.